# Página 13

Nº 130 ABRIL/2014

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO


# 1º DE MAIO

## Nas ruas e nas urnas, classe trabalhadora quer mais conquistas e mudanças

**El Salvador**

A terceira vida do comandante Leonel

páginas 7 e 8

**Marco Civil**

Agora a batalha é vencer no Senado

página 13

**Entrevista**

Rogério Correia: sem bichos esquisitos no meio

páginas 18 e 19

Caderno especial com proposta de diretrizes para o Programa de Governo

EDITORIAL

# Ao PMDB, o que é do PMDB

Esta edição está indo para a gráfica no dia 8 de abril, cobrindo um período que vai da "descomemoração" do golpe militar de 1964 até os atos de 1º de Maio e o Encontro Nacional que o PT realizará nos dias 2 a 4/5, para debater a tática e as diretrizes de programa da candidatura à reeleição da presidenta Dilma.

Como sabem os que acompanham a Editora Página 13, temos feito um esforço no sentido de especializar nossas publicações. O boletim Orientação Militante, de circulação digital, trata de temas "internos". Os livros, revistas e cartilhas contém material de mais longo prazo. À revista Esquerda Petista cumpre o papel do "debate teórico". E o Página 13 se concentra nos assuntos de conjuntura.

Esta edição, por exemplo, traz uma ampla cobertura internacional,; nacional (Senado, Câmara, reforma ministerial, Marco Civil, Copa e Plebiscito); repercute manifestações contra o golpe militar de 1964; traz textos sobre as eleições de 2014 em Minas Gerais, Paraná, Pará e Espírito Santo; aborda várias eleições sindicais e a plenária estatutária da CUT; introduz o importante tema dos catadores; e vários artigos sobre educação e juventude.

Além disso, trazemos um encarte com nossas propostas de diretrizes de programa de governo 2015-2018 e um convite para a 13ª jornada de formação política, que desta vez será em Maranguape (CE).

Um dos assuntos da conjuntura, entretanto, ficou para ser abordado neste editorial. Trata-se da impugnação da candidatura à reeleição do atual deputado federal do PT-SP Cândido Vaccarezza.

Tal proposta foi protocolada, no dia 27 de março, por um conjunto de filiados, tendo como base os artigos 144 e 145 do Estatuto do PT.

Os autores da impugnação historiam as posições do Partido, desde o 3º Congresso (2007), incluindo as deliberações da bancada do PT na Câmara e da Executiva Nacional, orientando as bancadas do PT na Câmara e no Senado a trabalharem pela "convocação no mais curto prazo do Plebiscito Nacional pela Reforma Política, priorizando entre os quesitos a serem incluídos na consulta popular os eixos de nosso Projeto de Lei de Iniciativa Popular".

Os autores da impugnação recordam que no dia 9 de julho de 2013, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), instituiu um Grupo de Trabalho para debater a reforma política e, no dia 16, indicou Vaccarezza para sua coordenação, que assumiu o cargo à revelia e a contragosto tanto da bancada quanto da direção partidária.

Em 19 de julho, nota do líder da bancada do PT informou que "em relação às opiniões formuladas pelo deputado Vaccarezza, coordenador do GT destinado a estudar e elaborar propostas referentes à Reforma Política e à consulta popular sobre o tema, esclareço que elas não expressam o pensamento nem da Bancada na Câmara nem do PT".

No dia 20 de julho, o Diretório Nacional referendou a posição da bancada. Por diversas vezes a atitude de Vaccarezza foi questionada, inclusive pelo presidente nacional do PT Rui Falcão. Mas apesar disto o referido deputado manteve-se coordenando o GT, defendendo até agora (abril de 2014) posições que conflitam com as do Partido.

A proposta apresentada por Vaccarezza no dia 6/11/2013 (PEC 352/13) mantém o financiamento privado de pessoa jurídica, indicando que "partidos políticos poderão financiar as campanhas eleitorais com recursos privados, com recursos públicos ou com a combinação de ambos". Mantém inalterada a votação nominal e, atribuindo ao TSE a prerrogativa de dividir "o território dos Estados e do Distrito Federal em circunscrições destinadas a preencher de quatro a sete lugares na Câmara de Deputados", institui o chamado voto distrital. Ao invés de convocar um plebiscito para convocar uma Constituinte Exclusiva, a proposta prevê apenas que "o sistema eleitoral a ser eventualmente estabelecido na Constituição Federal com a aprovação desta PEC" seja submetido a referendo.

O deputado Vaccarezza não é apenas porta-voz de um GT onde ele era minoria. Ele reiteradamente desrespeitou e não cumpriu as resoluções partidárias e o sentido de sua atuação parlamentar, a frente do referido GT, foi contrário às orientações e posições das instâncias. Um partido que defende a reforma política, nos termos e nos prazos em que o PT a defende, não pode ceder sua legenda para quem tem trabalhado de forma ostensiva contra a reforma política.

Com a palavra, o encontro estadual do PT de São Paulo, a quem cabe acatar ou rejeitar a impugnação. Os petistas de todo o país aguardam por um gesto em defesa do Partido. Deixemos ao PMDB, o que é do PMDB. ★

*Os editores*

PS.: Deixamos para a próxima edição nosso comentário sobre o caso André Vargas


## EXPEDIENTE

***Página 13*** é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

**Direção Nacional da AE:** Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

**Edição:** Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Ilustração de capa:** Sérgio Bastos
**Colaboraram nesta edição:** Adriana Miranda, Rosana Ramos, Tábata Silveira e Pedro Pomar
**Secr. Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

# Direita ameaça, mas o desafio maior é a economia

***Qualquer análise da conjuntura na Venezuela deve levar em conta a correlação de forças. Passados quase dois meses do início dos protestos, a direita ainda consegue manter viva sua presença nas ruas***

***Max Altman****

Ao longo dos últimos 15 anos, desde a eleição de Hugo Chávez em 1998, apesar de derrotada no golpe de Estado de abril de 2002, no golpe petroleiro de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003, nas “guarimbas” de 2004 e nos 19 pleitos eleitorais -- com exceção de um -- a direita mostrou capacidade de mobilização e uma considerável base social. Além dessa sustentação social contou sempre com os grandes meios de comunicação privados nacionais e internacionais e apoio externo -- logístico e político -- que lhe permitia manter suas forças em atividade.

No entanto, os fatos começam a cristalizar-se. A insurreição golpista de 12 de fevereiro -- que seguia e segue o roteiro do “golpe continuado”, de acordo com as lições expostas no ensaio “Da Ditadura à Democracia” de autoria de Gene Sharp da Instituição Albert Einstein, que descreve 198 métodos para derrocar governos mediante “golpes suaves” e expõe a estratégia dos cinco passos para executá-lo -- perdeu seu ímpeto inicial.

O slogan “La Salida”, ou seja, a derrubada de Nicolás Maduro, que caracterizou as primeiras grandes mobilizações, já não é mais defendido por nenhum dos componentes da opositora MUD (Mesa da Unidade Democrática), salvo por algumas personalidades mais radicais como a deputada Maria Corina Machado. Ela acaba de afirmar: “Se querem chamar ao diálogo [referia-se à Conferência Nacional de Paz, convocada por Maduro e à qual compareceram diversos setores da sociedade não partidários do governo chavista] para esfriar as ruas ou para ganhar tempo estão equivocados. Isto será uma traição”.

Para entender melhor de onde saiu o “La Salida” recordemos um pouco da história recente. Em outubro de 2012, Chávez, já bastante doente, ganha de Capriles, por mais de 11 pontos de diferença. Em 8 de dezembro, Chávez anuncia que, se algo ocorresse com ele, Maduro deveria ser o candidato da Revolução. Chega à fase terminal de sua doença deixando Maduro como presidente interino, como prevê a Constituição.

A oposição, vislumbrando a morte de Chávez como a chance de empalmar o poder numa primeira eleição sem sua presença, desata uma impiedosa campanha contra Maduro, na base de Maduro não é Chávez. Maduro ganha as eleições de abril de 2013 por estreita margem. Capriles não reconhece o resultado, alega fraude e passa a considerar Maduro um presidente ilegítimo. A campanha brutal de desqualificação de Maduro e de seus ministros, sempre apoiada pela grande mídia local e internacional, prossegue pelos meses afora. Soma-se então uma guerra psicológica e intensa sabotagem econômica com alta inescrupulosa de preços, desabastecimento, açambarcamento, visando o caos e a desestabilização.

As eleições municipais marcadas para 8 de dezembro passam a ser consideradas pela oposição como um plebiscito. Capriles percorre o país proclamando que se Maduro perder as eleições será o fim dele, de seu governo e da Revolução Bolivariana. Contudo, Maduro ganha as eleições por margem de votos globais superior a 10 por cento, conquistando 76 por cento das prefeituras.

Setores radicais da oposição se mostram inconformados. Se pela via constitucional não conseguem derrubar Maduro que seja pela via insurrecional. Em 23 de janeiro, Leopoldo Lopez e Maria Corina Machado, do partido Voluntad Popular, chamam seus seguidores às ruas. Sob o lema “La Salida” e segundo um plano adrede e cuidadosamente preparado, soltam suas hordas fascistas.

Além desses setores mais radicais, a MUD sabe que conta com o respaldo do Departamento de Estado dos Estados Unidos para prosseguir nas ruas, e isto hoje não é mais segredo para ninguém, sequer para os mais ingênuos. Roberta Jacobsen, subsecretária de Estado para o Hemisfério Ocidental, acaba de ameaçar: “Chega um momento em que as sanções de uma maneira ou outra [tornam-se] uma ferramenta muito importante e se não há movimento, se não há possibilidade de diálogo, se não há espaço democrático para a oposição, claro que temos de pensar nisso e estamos pensando nisso”.

**A derrota da sanha da extrema-direita venezuelana deve muito a Nicolás Maduro, que se mostra à altura dos acontecimentos: firme, determinado, consciente e hábil. Está nascendo e se firmando uma nova liderança à frente de um processo revolucionário**

Não obstante a ameaça de Washington e o insistente apoio que presta aos setores mais radicais ainda na perspectiva de desestabilizar e derrocar o governo, o quadro geral se mostra favorável a Maduro: as ações se tornaram menos expressivas, embora muito mais radicais, resvalando para atos de terrorismo como o incêndio de 15 universidades, em particular a destruição total da Universidade Nacional Experimental das Forças Armadas de San Cristobal, estado Táchira, levadas a cabo por pessoal treinado. As ações estão localizadas apenas em municípios de classe média alta, governados por prefeitos da oposição, em Caracas e estados como Miranda, Táchira e Mérida; não se registrou nenhum protesto com essa ou outra característica em bairros populares de Caracas ou em setores populares de municípios importantes, país afora; os protestos se circunscreveram a setores radicais, notadamente estudantes, da "classe alta" e não alcançou outras classes sociais nem mesmo entre os estudantes; não se apresentou até agora qualquer fissura ou dissidência relevante nas forças armadas; pesquisas de opinião pública mostram esmagador repúdio às barricadas e a violência dos protestos e apoio amplamente majoritário aos chamados de paz do governo.

Não podendo silenciar diante dos sucessivos apelos ao diálogo de Maduro, que incluiu o convite à Unasul, cujos chanceleres se reuniram publicamente com setores de toda a sociedade, em especial a própria MUD, vejamos o comportamento da oposição.

A Unasul insta ao diálogo, pede baixar o tom dos pronunciamentos e sugere a presença de uma testemunha. A oposição apresenta condições prévias e diz que só se senta para dialogar se cessar a repressão, se bandos criminais forem desarmados, se houver justiça para os que cometeram crimes, se Leopoldo Lopez e os prefeitos destituídos pela justiça Enzo Scarano e Daniel Ceballos forem libertados. O governo Maduro poderia apresentar outras tantas ou mais condições prévias, mas o diálogo só prospera, como é sabido, se não existirem condições prévias. Tudo seria discutido numa mesa de diálogo e negociações sem prévias condições.

Além de aceitar publicamente o diálogo, Maduro concordou com a presença de uma testemunha, seja quem for, desde que honrada e respeitável, para acompanhar as gestões dos chanceleres de Brasil, Colômbia e Equador indicados pela Unasul para promover o diálogo. A oposição, repercutindo a posição de Washington, segundo a qual "o foco é identificar um mediador" -- e não uma testemunha -- "aceito por ambas as partes e que não seja da Unasul", pretende colocar obstáculos intransponíveis ao diálogo. Em diplomacia testemunha é diferente de mediador. Não há um conflito generalizado na Venezuela que careça de mediação internacional Necessário é uma testemunha de boa fé que dê credibilidade ao que se conversou e dos acordos que se concretizarem. Ainda assim, como o Vaticano se apresentou para servir de mediador, Maduro prontamente reagiu: "Entonces, que venga el núncio apostólico".

A oposição alça a voz na tentativa de manter a cabeça à tona e acusa o governo de assassinatos, repressão, tortura e maus tratos. Cumpre ressaltar que a Procuradoria Geral e a Defensoria do Povo está cuidando -- e presta relatos publicamente -- de todos e cada um dos casos de assassinato e violação dos direitos humanos. Já se sabe, pelos relatórios preliminares, que a grande maioria das 39 vítimas fatais resultaram da ação dos grupos vandálicos. Agora, diante de atos de terrorismo, de vandalismo, de violação do direito de ir e vir, da montagem de barricadas impedindo o trânsito de transporte público, de motoqueiros e veículos privados, grosseiramente ignorados pela oposição como chamar de "repressão" a ação do Estado, de qualquer Estado, que suprima o terror e a violência?

A oposição será chamada insistentemente à mesa de diálogo e a colaborar para a instauração de um clima de paz e tranquilidade. Se se recusar a comparecer, acabará por tirar de vez a máscara e que só lhe interessa – e interessa à Casa Branca - depor Maduro e acabar com o "mau exemplo" que a Revolução Bolivariana leva a cabo. Se obrigada pelas circunstâncias a comparecer e contribuir para amenizar a intensa polarização política, será muito bom para o país. Em ambos os casos significará o fracasso deste golpe de Estado fascista.

A derrota da sanha da extrema-direita venezuelana deve muito a Nicolás Maduro, que se mostra à altura dos acontecimentos: firme, determinado, consciente e hábil. Está nascendo e se firmando uma nova liderança à frente de um processo revolucionário que tem tudo para marcar a história de nosso continente. Vitorioso, Maduro e seus companheiros devem se voltar a solucionar difíceis problemas econômicos e sociais, caldo de cultura para o assanhamento dos inimigos da Revolução Bolivariana Socialista.★

---

***Max Altman** é do coletivo de relações internacionais do PT. Artigo finalizado em 31 de março de 2014

# Novos fracassos de Obama

*Igor Fuser**

Depois do fracasso do plano estadunidense de intervenção militar na Síria, a política externa de Barack Obama está acumulando novas derrotas. Desta vez, na América do Sul (Venezuela) e na Eurásia (Ucrânia).

Na Venezuela, a estratégia *made in USA* do "golpe em câmera lenta" vai murchando, murchando, na medida em que os setores mais radicalizados da oposição conservadora se vêem sem fôlego para sustentar sua campanha de violência fascista. Os protestos, que se iniciaram com maciço apoio na classe média, se esvaziaram pela total falta de perspectiva do projeto golpista, em meio ao cenário caótico das "guarimbas" (bloqueio de vias públicas com pneus em chamas e coisas do tipo) e da destruição aleatória de patrimônio público.

Hoje a direita venezuelana está mais dividida do que antes, e o presidente Nicolás Maduro se fortalece como o defensor da paz civil. De acordo com pesquisas, 80% dos venezuelanos repudiam os atos de violência cometidos sob a liderança de Leopoldo López e de María Corina Machado. "La Salida", eufemismo para o golpe de Estado, conduziu a oposição a um beco sem saída. É claro que o cenário ainda pode se reverter, em proveito da direita, se a situação econômica se deteriorar, mas já despontam sinais de que as medidas do governo nessa área estão produzindo resultados. (A este respeito, ver artigo de Max Altman nesta edição de Página 13).

O conflito da Crimeia

O mais grave entre os tropeços recentes da equipe de Obama é o desenlace inesperado do golpe de Estado que conseguiu (este, sim) depor o governo constitucional da Ucrânia. Num primeiro momento, parecia que os gringos tinham marcado um gol de placa. A "desestabilização" do presidente Viktor Yanukevitch foi impecável, fazendo valer os 5 bilhões de dólares que, segundo a subsecretária de Estado Victoria Nuland, os EUA gastaram desde 1991 para conquistar influência naquele país. Com a mídia internacional no cabresto de Washington, foi possível disfarçar a canalhice da operação (aliança aberta com grupos de choque neonazistas, uso de franco-atiradores golpistas contra os próprios manifestantes etc.), pintada como um levante pró-democracia.

Os festejos nem tinham terminado quando o tempo virou, repentinamente. Em uma jogada magistral, o presidente russo Vladimir Pútin anexou a península da Crimeia à Rússia, sem que o chamado "Ocidente" pudesse reagir. Não foi um ato de força, como pinta a mídia americanófila. Três em cada quatro habitantes da Crimeia são etnicamente russos e a incorporação foi aprovada, em plebiscito, por 96,7% da população. O passado histórico contribui para legitimar o redesenho de fronteiras. A Crimeia era território russo desde 1791, nos tempos do czarismo, e só foi transferida para a Ucrânia em 1954, numa decisão pessoal de Nikita Kruschev, dirigente máximo soviético que fez sua carreira no Partido Comunista da Ucrânia. Na época, Rússia e Ucrânia integravam a União Soviética (URSS). Por isso, mudança passou despercebida.

Como era previsível, o "Ocidente" denunciou o fato (consumadíssimo, a esta altura) como uma violação do Direito Internacional. Hipocrisia. Nenhum país atropelou a ordem jurídica internacional tantas vezes, e de modo tão descarado, quanto os EUA no período do pós-Guerra Fria. O império estadunidense invadiu o Iraque, atropelando as Nações Unidas, e promoveu uma guerra para separar a província de Kossovo da Sérvia, no período final da desagregação da Iugoslávia. A Sérvia, aliás, era naquela ocasião uma aliada da Rússia.

Com a anexação voluntária – sempre é bom enfatizar – da Crimeia, a Rússia mantém sua posição estratégica no Mar Negro, graças, sobretudo, ao porto de Sebastopol, onde se situa uma de suas principais bases navais. A utilização desse porto pela Rússia estava garantida por um tratado assinado após a dissolução da URSS, mas existiam evidências de que o novo governo ucraniano, de posições ostensivamente antirrussas, estava prestes a rasgar o acordo. Agora a Rússia poderá ampliar e modernizar suas instalações militares naquela área, o que antes estava proibido.

*Para qual lado irá a Ucrânia?*

As atenções globais se voltam agora para a Ucrânia, foco – mais do que nunca – de uma feroz disputa entre a Rússia e o "Ocidente". O novo governo ucraniano, que não é reconhecido por Moscou, é o resultado de uma rebelião cujo estopim foi, justamente, o descontentamento de uma parcela da população com a decisão de Yanukovitch de estreitar os laços econômicos com a Rússia, revertendo o processo de aproximação do país com a União Europeia. Esse é um tema que divide a Ucrânia, constituída em mais de um terço por russos étnicos, habitantes do leste e do sul. Lá se situa a base produtiva do país, com indústrias de alta tecnologia, estreitamente vinculadas à economia russa.

A hostilidade à influência russa se concentra no oeste. Essa é uma região de economia rural, com forte presença do catolicismo e marcada, durante a Segunda Guerra Mundial, pela aliança de habitantes locais com os invasores nazistas, na luta contra o poder soviético. As posições pró-europeias também encontram apoio na classe média da capital, Kiev, e em parcelas na juventude, iludidas com a ideia de que uma ligação mais intensa com a Europa Ocidental abrirá melhores perspectivas de futuro. A Ucrânia, vale notar, nunca tinha existido como nação independente antes de 1991, e toda sua história está associada à da Rússia.

No período pós-soviético, a sobrevivência econômica da Ucrânia só foi possível graças ao apoio financeiro e a fornecimento de energia (gás natural) pela Rússia, a preços camaradas. Hoje a Ucrânia deve 63 bilhões à Rússia. Para compensar a perda do apoio de Moscou, o novo governo ucraniano espera receber um pacote de ajuda ocidental por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para isso, será preciso se submeter às tradicionais exigências do FMI, que incluem a privatização total da economia, a desvalorização da moeda e um corte drástico nos gastos públicos. O pacote de "austeridade" terá, entre outros efeitos, o desmantelamento da rede de saúde e educação públicas e a compra maciça de patrimônio ucraniano por estrangeiros, a preços ínfimos. Há dúvidas quanto à capacidade das autoridades pró-ocidentais de Kiev em manter um mínimo de estabilidade política em meio ao agravamento da crise econômica e social nos próximos meses.

O futuro da Ucrânia dependerá, em grande medida, da evolução do confronto geopolítico entre Rússia e EUA. Os acordos do final da Guerra Fria previam a integração das estruturas de defesa na Europa, com a dissolução dos blocos e garantias de que a segurança da Rússia seria preservada. Esses acordos vêm sendo desrespeitados com a ampliação da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) à Europa Oriental e às repúblicas ex-soviéticas no Mar Báltico (Lituânia, Estônia e Letônia). O velho projeto do escudo antimísseis (a "guerra nas estrelas", de Ronald Reagan) foi ressuscitado com claras intenções antirrussas, ao mesmo tempo em que os EUA construíram toda uma rede de alianças e bases militares ao redor da Rússia, no Cáucaso e na Ásia Central.

Pútin tem reagido com firmeza a essa política de cerco, recuperando a influência russa sobre a maioria dos novos países da Ásia Central e estreitando os vínculos com China, Irã e a Índia. Iniciativas de longo alcance como os Brics e, principalmente, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), que deverá ligar a Rússia, a China e toda a Ásia Central em uma densa rede de oleodutos e gasodutos, são expressões bem-sucedidas do esforço russo de romper o isolamento. Nesse cenário, um ponto de honra para Moscou é não permitir o ingresso da Ucrânia na Otan, como parece ser a intenção de Washington e dos políticos direitistas recém-chegados ao poder em Kiev.

Por enquanto, o "Ocidente" limitou sua resposta a sanções econômicas meramente simbólicas. Qualquer medida mais dura colocaria em apuros a União Europeia, cujo abastecimento de energia depende, em mais de um terço, das exportações de gás natural russo. Além disso, existem milhares de empresas européias – sobretudo, alemãs – com investimentos na Rússia, e os prejuízos seriam imensos em caso de uma crise política Leste-Oeste. Tampouco interessa à Rússia cortar os laços econômicos com o Ocidente, mas, em uma situação extrema, que envolva a segurança nacional ou a proteção das minorias russas além-fronteiras, Pútin certamente estará disposto a elevar a aposta. Contará, sem dúvida, com amplo respaldo da sociedade russa, que já demonstrou historicamente uma capacidade quase infinita de suportar sacrifícios quando está em jogo a defesa da pátria.

Pútin descartou, de modo inequívoco, qualquer intenção de anexar territórios de população russa na Ucrânia. Também deixou claro que não está disposto a aceitar um governo hostil à Rússia (e aos russos) no país vizinho. Muito menos, a instalação de bases da Otan debaixo do seu nariz. Uma solução seria a chamada "finlandização" da Ucrânia, ou seja, sua neutralidade e desarmamento, com preservação da plena soberania política. A esse modelo, praticado com sucesso durante a Guerra Fria no país que deu origem à expressão, poderia se agregar um sistema federal na Ucrânia, garantindo-se uma margem razoável da autonomia às populações russas. Mas para tudo isso seria necessária, do lado ocidental, uma alta dose de realismo e boa-vontade. Virtudes que parecem não existirem nem em Washington, nem na União Europeia, nem, muito menos, na direita liberal-fascista ucraniana.★

---

***Igor Fuser** é professor no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC)

# A terceira vida do comandante Leonel

*Breno Altman**

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), partido da esquerda salvadorenha, conquistou a presidência da República, pela primeira vez, há cinco anos. O candidato vitorioso, que chegará ao final de seu mandato no próximo dia 1º de junho, foi o jornalista Maurício Funes. Filiado à agremiação sem ter participado na guerra, mas com robusta trajetória progressista, seu nome transformou-se em opção triunfante ao atrair setores que ainda estavam contaminados pela campanha do medo impulsionada durante vinte anos pela direita e seus meios de comunicação.

O governo Funes, além de ter alcançado forte popularidade graças a políticas sociais e de redistribuição da renda, ajudou a neutralizar parte da guerra psicológica permanente contra a FMLN. Muitos eleitores foram se dando conta que o cenário de caos e violência anunciado pelo conservadorismo não passava de golpe midiático.

Essa fase de transição, na qual o governo de esquerda era conduzido por um aliado político, não de uma liderança orgânica do partido, revelou-se fundamental para a segunda vitória presidencial, ocorrida no último dia 9 de março, dessa vez levando à chefia do país um dirigente histórico, o professor Salvador Sánchez Cerén, outrora comandante Leonel González, atualmente vice-presidente.

O presidente eleito foi protagonista da luta guerrilheira nos anos 80, encabeçando uma das cinco formações político-militares que deram origem a FMLN. Sua organização, as Forças Populares de Libertação, era considerada a mais influente e numerosa pela maior parte dos estudiosos. Durante doze anos, entre 1980 e 1992, na montanha e na clandestinidade, Salvador foi Leonel, em uma época na qual a política e o fuzil caminhavam juntos.

A resistência armada tinha irrompido depois do assassinato do monsenhor Óscar Romero, em 24 de março de 1980, por um atirador de elite do exército salvadorenho, enquanto rezava uma missa. Era o sinal da brutal reação de direita às lutas populares, restabelecendo a tutela militar sobre governos fantoches que se subordinavam à oligarquia local e à política de guerra fria dos Estados Unidos, empenhados em isolar as revoluções cubana e nicaraguense.

Mais tarde veio à tona que a ordem para matar o sacerdote progressista partira do major Roberto D'Aubuisson, um dos caciques dos esquadrões da morte envolvidos em ataques contra as mobilizações sociais e seus representantes. Esse oficial, falecido de causas naturais em 1992, fundaria o partido Aliança Republicana Nacionalista, que governou o país durante vinte anos. Até hoje seu busto decora a entrada da sede partidária e todas as campanhas areneiras começam com uma homenagem a esse prócer anticomunista.

A guerrilha unificada na FMLN resistiu, sem jamais ser derrotada, à coalizão entre o exército nacional, os bandos clandestinos de extermínio e a intervenção indireta dos norte-americanos. Ao não ser batida, venceu. O governo, incapaz de dobrá-la, perdeu. A própria Casa Branca, no início dos anos 90, percebendo que seria impossível um triunfo militar sobre a esquerda, aceita abrir negociações de paz e obriga o governo salvadorenho a sentar na mesa de negociação.

Os acordos que colocaram fim à guerra civil acabaram assinados em 16 de janeiro de 1992, no castelo de Chapultepec, no México. Um dos signatários era Leonel, que voltaria a ser Salvador Sánchez Cerén. Ao lado de Schafik Handal, então secretario-geral do Partido Comunista de El Salvador, além de outros quadros importantes da luta armada, o líder das FPL começou sua segunda vida, com o objetivo de transformar a FMLN em um grande partido de massas e capaz de se constituir como alternativa institucional de poder.

Por quase duas décadas, do pacto de redemocratização até a vitória de Funes, a esquerda salvadorenha se reinventou. Derrotadas as tendências que apostavam

Presidente eleito Salvador Sánchez Cerén

Vanda Pignato e Presidente Maurício Funes

na transformação da FMLN em uma agremiação que se despojasse do programa socialista e da ação organizada dos trabalhadores como centro da estratégia, o partido de Schafik e Salvador foi construindo seu próprio caminho.

Uma das providências mais relevantes foi a dissolução das cinco organizações fundadoras, medida que permitiu a superação do formato frentista e o estabelecimento de um comando único. Outras decisões importantes se seguiram. Merecem destaque, por exemplo, a proibição de tendências internas permanentes e a manutenção de uma estrutura celular na qual a militância pudesse se manter organizada por local de trabalho e moradia.

Essas questões organizativas se subordinaram a escolhas políticas: a oposição intransigente contra o neoliberalismo impulsionado pela Arena, a combinação entre disputa eleitoral e lutas sociais, a articulação entre experiências de poder municipal e o fortalecimento da FMLN como partido com nítida identidade cultural e ideológica.

Ao longo do tempo, a esquerda foi aumentando seu cacife eleitoral e alicerçando um bloco de forças políticas e sociais que permitiu repetir, na democracia, o que havia sido possível na guerra: dividir o país em duas metades que se equilibram, em uma situação na qual a FMLN poderia almejar a conquista do governo da república.

A movida tática que permitiu a primeira vitória presidencial, em 2009, foi inteligente. O objetivo era atrair os votos que rejeitavam a Arena, mas ainda temiam a FMLN. A candidatura de Funes foi a peça que decidiu o jogo de então, derrotando a direita, no primeiro turno, com 51,2% dos votos válidos.

Além de administração bem sucedida, a primeira gestão de esquerda ajudou a aprofundar divisões no campo conservador, com o descolamento de um setor que lançaria, para as últimas eleições, o ex-presidente Tony Saca. Essa dissidência se movimentou para ocupar espaço ao centro, se afastando da direita representada pela Arena e facilitando a governabilidade parlamentar.

Nem tudo foram flores, a bem da verdade, na relação entre Funes e a direção da FMLN. Mais que divergências pontuais, sempre amplificadas pela pouca convivência do presidente com o partido, o principal ponto de tensão esteve nos ensaios do núcleo palaciano em compreender o triunfo de 2009 como a possibilidade de criar um terceiro agrupamento, com perfil de centro-esquerda, eventualmente aliado às correntes que se dissociavam da Arena, como estratégia para superar o equilíbrio bipolar.

A FMLN respondeu com firmeza a essa alternativa, indicando Salvador Sánchez Cerén, que acumulava a vice-presidência e a titularidade do Ministério da Educação, como seu candidato para liderar a república. Fazia-se, assim, um giro tático em relação a 2009, optando-se por claro protagonismo frentista, no qual a hipótese principal era forçar o centro a girar ao redor da esquerda. Esse raciocínio respondia, em certa medida, à opção de deslocar as forças progressistas para posições mais moderadas através de alguma fórmula eleitoral com maior taxa de diluição.

Salvador iniciou a campanha, ainda em 2013, com expressivo índice de rejeição. Aos poucos, no entanto, essa barreira foi sendo reduzida, através do esforço para ampliar alianças e se colocar como vértice da construção de uma nova maioria nacional, somado à defesa dos feitos da gestão Funes e a um trabalho publicitário que, destacando esses avanços, transferia o campo de disputa eleitoral do confronto ideológico para o debate de propostas concretas. O candidato da FMLN, por esse caminho, foi associando sua radicalidade histórica à amplitude programática, ascendendo nas pesquisas.

O desenvolvimento do processo eleitoral acabou por contar com o presidente Funes somando energias à agremiação que o elegera. Tanto ele quanto sua companheira, a brasileira Vanda Pignato, muito popular por seu trabalho pelas mulheres e os setores mais pobres, arregaçaram as mangas e contribuíram para a consolidação do ex-líder guerrilheiro.

Quando terminou a apuração do primeiro turno, realizado dia 2 de fevereiro, a esquerda havia conquistado quase 49% dos votos, contra 39% da Arena e 11% da Unidade (partido de Saca), com 1% destinado a partidos conservadores nanicos. Sequer o surgimento de uma terceira via tinha dissipado votação da FMLN, que conquista a maior diferença de sua história em relação à direita.

O segundo turno, dia 9 de março, foi um capítulo diferente. O fato é que as fileiras conservadoras conseguiram mobilizar seus simpatizantes e unificá-los contra a FMLN, através de uma campanha marcada pelo medo e terror, no velho estilo da guerra fria. Revelaram possuir reserva eleitoral de razoável porte, cujos reflexos provavelmente continuarão a influenciar o xadrez político salvadorenho nos próximos anos.

Quase 350 mil novos sufrágios foram registrados, carreando o comparecimento eleitoral de 55% para 62%. Apesar da FMLN ter agregado 190 mil votos se feita a comparação com o primeiro turno, superando o próprio resultado de Maurício Funes em 2009, a direita teve capacidade de voltar a seu patamar anterior, arrastando 450 mil votos adicionais. A fórmula de esquerda obteve 50,11% da escolha popular, contra 49,89% do direitista Norman Quijano.

Parte do conservadorismo apostou na tensão contra o resultado das urnas. Mas as instituições, incluindo as Forças Armadas, rechaçaram tramas golpistas e referendaram a eleição de Salvador Sanchez Cerén, celebrada em gigantesca manifestação no centro da capital, uma semana depois do voto. Anunciava-se, na praça pública, que está para começar a terceira vida do comandante Leonel.

Quando tomar posse no primeiro dia de junho, o presidente Salvador Sánchez Cerén não terá como missão apenas a continuidade e o aprofundamento das reformas iniciadas em 2009. Sua agenda estará marcada pela necessidade de fundir políticas sociais exitosas com um modelo de desenvolvimento que suavize os efeitos da dolarização, da dependência de remessas da diáspora e da subordinação à dinâmica econômica norte-americana. O processo de mudança dessa base material, através de uma potente renovação produtiva, é indispensável para continuar gerando empregos e renda, em novos patamares de justiça e bem-estar social.

Até para realizar essas tarefas, no entanto, precisará resolver o cenário de equilíbrio paralisante entre esquerda e direita, dotando a FMLN de instrumentos e alianças que permitam a construção de uma nova hegemonia no interior do Estado e da sociedade, ainda amplamente controlados por interesses oligárquicos e corporativos.

Como é sabido, seu trabalho, de fácil, nada terá. Precisará da mesma paciência e tenacidade de suas duas vidas anteriores, na montanha guerrilheira e na planície institucional.★

---

***Breno Altman** é jornalista e diretor do site Opera Mundi

# PS. Cada vez pior

*Carla O. Sanfelici**

Os eleitores que participaram das eleições municipais francesas, nos dias 23 e 30 de março, rechaçaram a política do governo Hollande, do Partido Socialista (PS), que perdeu mais de 100 municipalidades (o equivalente a nossas prefeituras). Houve grande número de abstenções: 38,5% no segundo turno.

Na França, as eleições municipais são geralmente as que encontram a maior adesão da população, junto com as presidenciais, por terem uma incidência direta na vida da população. A mensagem das urnas, pelos votos ou pela abstenção, deixam claro que o eleitor utilizou a eleição municipal para exprimir um desacordo com o governo.

A virada à direita do PS com o Pacto de Responsabilidade, que responde aos interesses do empresariado e do mundo financeiro, foi sentido como uma traição, além de uma submissão as exigências emitidas pela Troika.

Os grandes vencedores destas eleições foram a direita e a extrema direita da Frente Nacional, que ganhou grandes cidades, prenúncio do estrago que podem causar nas eleições para o Parlamento europeu, previstas para maio deste ano.

Manuel Valls representa a linha mais à direita do PS

Quanto ao PS, o naufrágio prossegue, pois o presidente Hollande nomeou Manuel Valls como Primeiro Ministro. Valls representa a linha mais a direita do PS. Seus pronunciamentos públicos são muito próximos aos da FN em tudo que se refere ao controle de fronteiras, a situação dos ciganos de origem búlgara e romena (Roms) e mesmo as crianças indocumentadas presas nos centros de retenção, esperando a expulsão do território francês.

Através desta escolha, Hollande indica considerar que os franceses anseiam por mais segurança e um controle migratório mais severo; ignorando que as urnas exigem mudanças de ordem econômica e que a maior preocupação atual são os altos índices de desemprego.

Dentro do próprio PS, Manuel Valls suscita polêmica. Em 2009, Martine Aubry, então primeira secretária do PS e prefeita de Lille, pedia que Valls deixasse o partido. E isto foi feito em resposta a um pronunciamento em que Valls declarava necessário que a denominação socialista do partido deveria ser substituída, por considerá-la ultrapassada, ligada a conceitos do séc. XIX.

Enquanto o PS deriva à direita, o Partido Comunista Francês despontou como a terceira força política, não somente pela quantidade de cidades administradas, mas também por ter mantido sua presença no cinturão de cidades ao redor de Paris. Ao mesmo tempo, muitas das derrotas sofridas pelo PCF foram onde fez alianças com o PS.

No entanto, tampouco o PCF deve vangloriar-se, tendo em vista que o grande desafio será de ser ouvido pelas classes populares que tem votado FN. E isto exigirá outra estratégia, que vá além da estrita agenda eleitoral. ★

***Carla Orlandina Sanfelici**, militante do núcleo do PT de Paris

# À chantagem, responder com política

*Rubens Alves**

À medida que se aproxima o período eleitoral, a oposição se "agarra" a todo tipo de projeto ou tema que considere oportunidade para transformar em desgaste político ao governo e ao PT.

O roteiro já é conhecido: a grande mídia alardeia suas denúncias em manchetes sensacionalistas, ato continuo os líderes oposicionistas vociferam os ataques, exigindo convocação de ministros, investigação no TCU e demais medidas, com intuito eleitoral. Vale também no sentido contrário: a oposição partidária faz a denúncia e a imprensa conservadora de imediato repercute.

Enfim, nenhuma novidade. Contudo, nos chama atenção o aprofundamento dos problemas situados justamente na (supostamente) base de sustentação do governo, especialmente com o PMDB, que intensifica seu modo de operação centrado na chantagem.

Por um lado buscam maior, digamos, "participação" no governo; por outro lado, exigem que o PT deixe de lançar candidaturas próprias em estados importantes e apoie candidatos do PMDB.

Este comportamento do PMDB tem se manifestado de forma cristalina nas votações em comissões e no plenário, particularmente, quando o que está sendo votado diz respeito a temas considerados caros a luta histórica pela democratização do País e impactam positivamente a classe trabalhadora. Parte significativa de sua bancada e de suas lideranças não apenas se alinha a posições conservadoras, como tem se tornado "ponta de lança" dos embates.

Um de seus principais líderes, o senador Romero Juca (PMDB-RR), cumpriu papel decisivo na elaboração e articulação de projetos, como o que retira direitos das trabalhadoras domésticas; o que trata da greve nos serviços públicos; a regulamentação do trabalho escravo, entre outros.

Já o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), lançando mão de uma interpretação estranha à tradição e ao regimento da Casa, agindo a pedido de setores fundamentalistas, retirou da Comissão de Direitos Humanos (CDH) o PLC 122 que enfrenta, entre outros pontos, a criminalização da homofobia, evitando a sua eminente aprovação.

Humberto, líder do PT: matando um leão por dia

Em um contexto como este, a linha adotada pelo governo e pelas bancadas petistas é de baixíssima disposição para a luta política e ideológica, optando permanentemente pela mediação, imperando a preferência por péssimos acordos. Essa postura produz um ambiente de despolitização dos processos, de total defensiva política, tendo como consequência progressivas concessões, o rebaixamento programático do governo, a perda constante de capital político.

É neste contexto que a oposição avança, que os setores reacionários ganham terreno. Não por acaso temas como a maioridade penal voltam com força. Não por acaso a oposição está conseguindo promover um sério desgaste ao governo com as denuncias contra a Petrobrás, correndo um sério risco de "emplacar" uma CPMI em pleno período eleitoral!

Quanto a tentativa de criminalização dos movimentos sociais, através do projeto de tipificação do terrorismo, o governo se equivoca mais uma vez, pois ao invés de demonstrar firme opinião na defesa do direito à mobilização, a organização e livre manifestação pública e ao protesto, sinalizando positivamente para os setores progressistas e para a juventude, prefere sinalizar para os setores conservadores, anunciando que enviará outro projeto para "regulamentar" as manifestações!

*As dificuldades e obstáculos para avançar na construção e consolidação da democracia brasileira são enormes*

Na Câmara dos Deputados o ambiente com o PMDB está muito mais esgarçado; o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) tem demonstrado grande desenvoltura na arte da chantagem política. Que o diga o relator do projeto sobre o marco civil da internet, o deputado Alexandre Molon (PT-RJ) (ver matéria nesta edição sobre o tema do Marco Civil).

As dificuldades e obstáculos para avançar na construção e consolidação da democracia brasileira são enormes. Os setores conservadores e resistentes às transformações continuam muito fortes e bem posicionados. Mesmo assim, o PT tem política e base social para combater e derrotar o conservadorismo. Para isto, no entanto, precisa mudar de postura. Precisa fazer a disputa cotidianamente, polarizar com o setor conservador e mobilizar o campo progressista em torno de seu projeto. ★

---

***Rubens Alves** é integrante da Direção Nacional da AE

# Temperatura vai subir

*Lena Azevedo**

O Congresso Nacional tem oscilado conforme os interesses da oposição e da base aliada, que usa a pauta do plenário para tentar colocar o governo na parede. Assim, alguns buscam conseguir vantagens e outros fortalecer seu papel de oposição.

O PMDB, tendo à frente o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), e seu aliado, o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), pressionam a presidenta Dilma Rousseff por cargos no governo. Dilma decidiu encarar a briga, usando-a para separar o joio do trigo (se é que isto é possível) entre os aliados do governo. O desfecho é imprevisível, dada a composição conservadora e duvidosa do Parlamento.

A disputa entre oposição e governo começou com as denúncias inconsistentes sobre suposto esquema de corrupção, envolvendo a Petrobras e a empresa holandesa SBM Offshores.

Os parlamentares liderados por Cunha queriam a criação de uma comissão externa para ir à Holanda, onde já se sabia que não havia nenhum procedimento aberto, dada ausência de provas. O blocão de Cunha (que reúne deputados de vários partidos da base, diz-se que até do PT), do PSDB, PPS e DEM previa usar o dinheiro público para passear durante 30 dias e plantar factoides com vistas a desgastar o governo e a Petrobras em ano eleitoral. Mas regimentalmente uma comissão externa não pode viajar ao exterior: a previsão é só para representação da Câmara dos Deputados a convite, e acompanhamento de apurações instauradas por autoridades de outros países, o que não era o caso de uma, tampouco da segunda.

A estratégia de Eduardo Cunha naufragou, assim como a sua ameaça de não votar, ou de apresentar um Marco Civil da Internet totalmente desfigurado. O governo agiu, fez as contas e foi para o embate, com o apoio maciço nas redes sociais. Conseguiu não só sepultar a comissão externa, como aprovar por ampla maioria o Marco Civil, que seguiu para apreciação do Senado.

Nesses altos e baixos do Legislativo, Dilma transferiu Ideli Salvatti para a Secretaria de Direitos Humanos e colocou o deputado Ricardo Berzoini em seu lugar, na Secretaria de Relações Institucionais.

O novo ministro tem como uma de suas tarefas espinhosas derrubar a CPI Mista sobre a Petrobras, o que agora inclui o debate sobre a compra da Refinaria de Pasadena pela petrolífera brasileira, em 2006. Nesse caso, parte da polêmica envolve uma nota da Presidência da República acerca dos detalhes da transação, feita quando Dilma ainda era ministra de Minas e Energia e presidente do conselho da Petrobrás. Todos os conselheiros à época admitiram não ter sido incluído no resumo técnico, quando foi decidida a compra de 50% da refinaria, menção a duas cláusulas contratuais: a obrigação de um sócio comprar a outra metade em caso de desavença, além de um percentual de multa.

Tanto no Senado, como na Câmara, a oposição pediu a criação de uma CPI. Dos três requerimentos apresentados (dois de CPI Mista com autores diferentes e uma exclusiva do Senado), um obteve assinaturas suficientes até o dia 31 de março, que foi a da CPI do Senado. Outro, com composição conjunta, estava prestes a chegar ao número exigido de senadores e deputados.

A partir de agora, a tendência é que a disputa aumente de temperatura. Afinal, os parlamentares tem o Congresso como palanque só até junho, quando começa a Copa do Mundo e os deputados e senadores voltam para seus estados, em busca de votos para a eleição. A guerra está posta! ★

* **Lena Azevedo** é jornalista. Este texto foi escrito antes de André Vargas afastar-se.

Iriny Lopes: ou o PT acaba com as saúvas...

# Constituinte para mudar o sistema político

*Bruno Elias**

*Até setembro, pretende-se ampliar o caráter de massas da campanha, com a criação de comitês populares nos mais variados locais de atuação, trabalho e estudo da população*

O entendimento de que a reforma política é fundamental para ampliar a democracia e as conquistas populares tem mobilizado movimentos sociais, partidos de esquerda e organizações da sociedade por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político e a realização de um plebiscito popular entre os dias 1º e 7 de setembro de 2014.

A campanha tem reafirmado a mudança do sistema político como indispensável para a realização de outras reformas estruturais como a democratização das comunicações, as reformas agrária, urbana, tributária, da segurança pública e a ampliação das políticas sociais, da participação popular e dos direitos dos trabalhadores.

O plebiscito popular é uma iniciativa que reivindica o acúmulo de mobilizações anteriores da sociedade, como o plebiscito sobre a Divida Externa (2000), sobre a ALCA (2002), pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce (2007) e pelo limite da propriedade da terra (2010). Na consulta, a população responderá a uma única pergunta: "Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?"

A constituinte deve contemplar a convocação de uma assembléia nacional livre e soberana, com representantes eleitos pela população com a responsabilidade exclusiva de elaborar mudanças constitucionais sobre o sistema político.

A partir da mobilização da sociedade, essas mudanças podem apontar para uma reforma política popular que reúna, entre outras iniciativas, a proibição do financiamento eleitoral privado, o fortalecimento programático dos partidos e o voto em lista, medidas de democratização dos meios de comunicação e do poder judiciário e a ampliação dos instrumentos de participação direta da população e da representação dos trabalhadores, das mulheres, da população negra, indígena e dos jovens nos espaços de poder.

A luta pela reforma do sistema político ganhou novo fôlego com as mobilizações de 2013. Após semanas seguidas de manifestações em todo o país, a presidenta Dilma apresentou no dia 24 de junho de 2013 a proposta de "convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política".

Em menos de uma semana, a proposta seria sabotada pelos setores políticos, jurídicos e da mídia dominantes do país. No Congresso Nacional, esta maioria política contrária ao plebiscito e à Constituinte aprovou uma proposta de reforma eleitoral no Senado e criou na Câmara dos Deputados um Grupo de Trabalho para tratar da Reforma Política, que inclui propostas que conflitam com as posições dos movimentos sociais e partidos de esquerda, como o voto distrital e a manutenção do financiamento privado e da votação nominal.

A partir de então, organizações populares do campo e da cidade assumiram como prioritária a mobilização por uma constituinte sobre o sistema político e convocaram um plebiscito popular sobre o tema para o ano de 2014.

Até setembro, pretende-se ampliar o caráter de massas da campanha, com a criação de comitês populares nos mais variados locais de atuação, trabalho e estudo da população, a realização de cursos massivos de formação ("cursos dos mil") e a mobilização em atos e atividades de rua que pautem o tema e que se articulem com ações já convocadas pelo movimento do campo e da cidade, como a marcha das centrais sindicais, a jornada de lutas da juventude, a coleta de assinaturas da lei da mídia democrática, entre outras.

Neste ano de luta social e eleitoral, também deve ser estimulada a criação de frentes parlamentares em apoio ao plebiscito da Constituinte nas Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional e a presença do tema nas plataformas eleitorais deste ano.

É preciso mostrar que os interesses do poder econômico e das corporações no atual sistema político têm tudo a ver com os problemas que afetam o povo, a exemplo do aumento das tarifas de ônibus nas cidades, da especulação imobiliária e do latifúndio, do subfinanciamento das políticas sociais e serviços públicos e das dificuldades de se alterar o modelo de segurança pública herdado da ditadura militar.

Ao mesmo tempo, a luta popular por uma constituinte sobre o sistema político deve reivindicar o sentido positivo da participação das pessoas na vida pública e comunitária e a ideia de que vale a pena mudar a política para mudar a vida. ★

---

***Bruno Elias** é secretário Nacional de Movimentos Populares do PT

# Sim, podemos vencer!

*Yuri Soares**

No último dia 23 de março finalmente foi aprovado pela Câmara dos Deputados o Marco Civil, verdadeira "Constituição da Internet", garantindo direitos e prevendo deveres para todos que a utilizam.

Da forma como foi aprovado o projeto representa uma grande vitória da população, ao manter a neutralidade de rede (as empresas não poderão favorecer um cliente ou vender pacotes de serviços com restrições de uso), a garantia de privacidade (fica proibida a violação a dados de usuários) e a liberdade de expressão (retirada de conteúdo somente pela via judicial).

Esta vitória não foi fácil. O projeto vinha sendo construído de forma democrática e colaborativa desde 2009, quando o Ministério da Justiça iniciou uma série de diálogos presenciais e na rede para a construção deste marco regulatório. O ministério propôs à sociedade eixos de discussão, abrangendo as condições de uso da Internet em relação aos direitos e deveres de seus usuários, prestadores de serviços e provedores de conexão, e também o papel do Poder Público com relação à Internet.

Vários movimentos e internautas participaram ativamente deste processo, que agora se torna referência mundial de garantia de direitos. Esta forma de construção foi em si uma clara demonstração do modo como as políticas públicas devem ser elaboradas.

Tivemos grandes e fortes inimigos: o lobby das teles bilionárias, deputados conservadores, amplos setores da própria base aliada e da grande imprensa. Mas a força da união entre governo, PT, outros partidos de esquerda, movimentos sociais, novos movimentos de defesa dos internautas, especialistas e usuários em geral mostrou que sim, podemos vencer!

O Marco Civil segue agora para o Senado, e os movimentos e partidos devem continuar mobilizando para garantir que os senadores o aprovem sem retrocessos e que ele siga da forma como está para a sanção da presidenta Dilma.

Neste caminho precisamos continuar e ampliar a mobilização nas ruas, nos gabinetes e nas redes, combatendo as mentiras divulgadas pelos setores reacionários a respeito do projeto, falsamente ligando-o à "censura". Na impossibilidade de falarem abertamente que defendem os interesses de meia dúzia de empresários contra milhões de cidadãos internautas, estes setores se utilizam de todo tipo de golpe baixo para desconstruir o projeto.

Na reta final da tramitação do Marco Civil foi necessário recuarmos na questão da hospedagem física dos data centers no Brasil, deixando nossas informações vulneráveis ao continuarem hospedadas e obrigatoriamente trafegarem pelos cabos e servidores em território estadunidense, vigiados de forma ostensiva pelas agências de espionagem dos EUA. Este recuo representa uma derrota de longo prazo. Precisamos buscar meios para desenvolver tecnologias que diminuam esta dependência internacional, que coloca os EUA praticamente no controle da estrutura da rede mundial.

Também devemos ter clareza de que a internet, da forma como existe hoje, não é a panaceia da democratização das comunicações. Recentemente o Facebook diminuiu a visualização orgânica das páginas e dos usuários, literalmente chantageando todos nós a pagarmos para sermos vistos. "Ou paga ou some": é o que tem sido dito na rede, e neste cenário os grandes e bilionários conglomerados de comunicação de sempre obviamente levam vantagem: Globo, Folha, Estadão, etc.

A verdadeira democratização das comunicações passa pela resolução de questões estruturais: presença em todas as mídias, inclusive nas tradicionais como a televisão e o rádio; uma presença estruturada, organizada e profissionalizada na internet, como faz a grande mídia, que segue produzindo a maior parte dos conteúdos que circulam na rede; a democratização do acesso à internet, incluindo amplas camadas pobres da população; desenvolvimento tecnológico soberano de programas e da parte física da rede; e também mecanismos de punição dos crimes cometidos pelos grandes veículos todos os dias em suas páginas impressas e concessões públicas radiofônicas.

Ganhamos uma batalha, mas a guerra continua! ★

***Yuri Soares** é historiador pela Universidade de Brasília

Molon: agora a batalha é no Senado

# Outra Copa do Mundo é possível?

*Licio Lobo**

Cada vez mais a Copa do Mundo vai assumindo ares de tema incontornável da agenda política.

É um sinal dos tempos que o resultado do torneio mundial de futebol seja uma variável importante na determinação das chances de vitória de Dilma nas eleições presidenciais, o que diz muito sobre a alma brasileira e ainda mais sobre as dificuldades do governo federal e do PT no quesito politização do debate na sociedade e na construção de uma visão de mundo alternativa à hegemonia das relações e ideias capitalistas.

Para o bem e para o mal, por incrível que pareça, parte ainda imponderável, mas certamente não desprezível, dos destinos da vida política nacional, está nas mãos (e nos pés) do Felipão, Neymar e outros menos cotados!

Em bom português: vai ter Copa, mas em condições de temperatura e pressão ainda não precisamente determinadas. E tanto o desempenho da seleção brasileira como a forma com que o governo e o PT lidarem com os inúmeros questionamentos, controvérsias e contradições que cercam a questão vão incidir de forma importante no debate e no resultado eleitoral.

Ora, por si só, o simples fato da questão se colocar nestes termos, já revela o tamanho dos nossos impasses. Como temos dito reiteradamente no debate interno do PT, o problema de fundo nos remete ao esgotamento da estratégia adotada pelo partido nos últimos anos, de baixa conflitividade e alicerçada na aposta de que seria sustentável no tempo uma aliança estratégica com setores importantes do grande capital.

Esta "ilusão dos inocentes" vai sendo desconstruída pelos fatos, passando pela "ação penal 470", pela verdadeira "greve de investimentos" do grande capital, pela crise na relação com a "base aliada" no Congresso Nacional, e pelo renovado apetite dos grandes meios de comunicação nas escaramuças de toda ordem visando desgastar o governo e o PT neste ano eleitoral.

É neste último terreno que o tema da Copa se presta à perfeição. Desde as manifestações de junho de 2013, o tema frequenta o imaginário da população e é trabalhado pela mídia de alto coturno de forma subliminar e com uma ambiguidade marota, ora se aproveitando das oportunidades bilionárias proporcionadas pelo "negócio da Copa", surfando na onda da torcida pelo hexa campeonato, ora ressaltando os "gastos perdulários" com estádios que supostamente subtraem recursos da saúde e da educação.

Os cartazes cobrando "educação e saúde padrão Fifa", presença constante em todas as manifestações de junho de 2013, em cada uma das cidades em que estas tiveram lugar, e as enormes passeatas que tiveram o Mineirão, o Maracanã e outros estádios como "alvo" nos jogos do Brasil na Copa das Confederações são exemplares neste sentido.

Do ponto de vista estratégico, ressalta o fato de que o primeiro a fazer teria sido exatamente desmistificar o tal "padrão Fifa" com a adoção de uma postura muito mais altiva na relação com esta entidade, pois a experiência da Copa do Mundo na África do Sul e toda a trajetória da Fifa indicam que o correto seria que o governo tivesse assumido o gerenciamento e execução estatal das obras, e ao mesmo tempo enfrentado a quadrilha que comanda os grandes negócios do mundo esportivo nacional e internacional. Tal postura teria impedido por exemplo que o preço dos ingressos fosse impeditivo para amplos setores da população, gerando um efeito perverso na democratização do acesso à fruição de um bem cultural da importância do futebol.

Mas como deste ponto de visto pelo jeito a "inês é morta", cabe ao PT e as forças que querem concorrer para a reeleição de Dilma entender o fenômeno e ter humildade e capacidade para dialogar com o sentimento real da população, sem ufanismos, sem "chapa branquismo" e com um enfrentamento real dos problemas advindos da tumultuada e mal resolvida relação com a Fifa, que tenta se impor como autoridade plenipotenciária em solo brasileiro.

A última coisa que precisamos neste tema é um "apagão" da política e a assunção dos marqueteiros de plantão ao comando. Ainda que isto não esteja configurado de todo, quem acompanha o desenrolar dos debates sobre a Copa nas redes sociais vê o quanto é presente o risco de prevalecerem as posições oficialistas, com baixo potencial de convencimento da parcela crítica da população, que não é pequena e tem potencial formador de opinião.

Nunca é demais lembrar que o que se espera de um governo de esquerda é que coloque na medida certa o respeito ao genuíno e profundo sentimento de pertencimento cultural que o futebol desperta no povo brasileiro e a repulsa à qualquer tentativa de manipulação deste sentimento. Deste ponto de vista, nosso passado tem exemplos de sobra a evitar.

Assim, ao lado da natural postura de anfitrião da Copa que a situação exige, é importante que o nosso governo e os partidos e movimentos de esquerda que lhe dão sustentação incorporem no discurso e na ação sinais que mostrem capacidade de diálogo construtivo no sentido de superar as contradições que são apontadas por setores populares que são vítimas reais dos "efeitos colaterais" das obras que caracterizam o controverso "legado da Copa".

E é forçoso reconhecer que há problemas sérios de remoções forçadas de 150.000 a 170.000 famílias nas doze cidades que serão sede do mundial, em ações comandadas pelos poderes públicos municipais, com apoio das instâncias estaduais e, em alguns casos, federais, que concorreram para a retirada abrupta de moradias que teriam garantido o direito à permanência no local pelo instituto da usucapião urbano, via de regra retiradas que deram lugar a projetos que para além das obras de "mobilidade urbana" ensejaram valorização imobiliária que geraram lucros fabulosos para investidores privados "bem posicionados" no mercado.

Abrir um canal de interlocução sério com as entidades representativas desta população é um passo que nosso governo precisa dar, se quisermos combater com argumentos sólidos o oportunismo eleitoreiro dos que querem transformar o "não vai ter Copa" em plataforma política.

Na mesma linha, é mesmo inadmissível aceitar a política de "trabalho voluntário" na Copa do Mundo, mal e mal escondendo o suporte deste trabalho não pago ao funcionamento da engrenagem que dará oportunidades de lucros extraordinários para centenas de grandes empresas privadas. Cabe às centrais sindicais e às entidades estudantis combater esta verdadeira afronta à luta contra a precarização das relações de trabalho.

Esperamos e torcemos para que o Brasil ganhe a Copa do Mundo e mais ainda para que 2014 fique marcado na nossa história como um ano de grandes vitórias políticas do povo brasileiro, em que a eleição de Dilma signifique uma virada decisiva na correlação de forças a favor das posições democráticas, populares e socialistas.

Construir um novo mundo e um novo Brasil é possível e necessário. Na construção deste caminho, nos cabe também trabalhar para que a Copa do Mundo tenha o sentido e o espirito da alegria que o futebol suscita em milhões de homens e mulheres, tão distante do reduzido mundo "fetiche da mercadoria" em que os pretensos donos do mundo operam para encerrá-lo. ★

***Licio Lobo** é secretário-geral do PT-Diadema e dirigente nacional da AE

# Mudanças no núcleo duro

*Jonatas Moreth**

É normal ocorrer, em virtude da saída de alguns ministros para disputarem as próximas eleições, uma "dança das cadeiras" no primeiro escalão da Esplanada. Desta vez, aproveitando a crescente insatisfação parlamentar com o governo federal, o PMDB está tentando aumentar o seu espaço na máquina pública.

Para além da insaciável e permanente "sede", existe uma forte ameaça de redução da bancada parlamentar do PMDB na próxima legislatura. E quanto a isto o melhor antídoto é a presença no poder executivo.

Para isto, adotaram a chantagem como arma: criação de um bloco parlamentar denominado de "centrão" ou "black blocão"; ameaça de não aprovação de projetos prioritários para o Governo, tais como cotas no serviço público e o marco civil da internet; convocação de ministros para prestar esclarecimentos; ameaça de não aprovar a continuidade da coligação com o PT.

A postura do governo foi ameaçar enfrentar, ensaiar algumas posições mais enérgicas, mas no final buscar a conciliação. O Governo erra. Enfrentar o fisiologismo e a chantagem tem forte apoio popular, e a conciliação tem um preço alto demais.

Ao final da dança das cadeiras, a correlação de forças na Esplanada ficou parecida com a que estava no inicio de 2014, ressaltando maior presença de "técnicos", a manutenção de perfis conservadores em áreas estratégicas, o enfraquecimento da bancada do PMDB da Câmara e forte alteração no perfil político no núcleo duro do Governo.

O PMDB manteve o seu espaço. Na Agricultura entra o atual secretário de política agrícola do ministério, Neri Geller. Defensor do agronegócio, produtor de soja na região de Lucas do Rio Verde (MT), onde foi vereador por dois mandatos pelo PSDB. No Turismo, assume Vinicius Nobre Lages, até então gerente de assessoria internacional do SEBRAE.

Quanto ao Ministério da Integração Nacional, muito cobiçado pelo PMDB para emplacar o senador Paraibano Vital do Rego acabou sendo mantido com o PROS do governador cearense Cid Gomes. A opção foi o atual interino, Fernando Teixeira.

No Ministério das Cidades foi mantido o nome indicado pelo PP, atual vice-presidente de governo da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi. Para o Desenvolvimento Agrário volta o petista Miguel Rosseto, que já havia comandado a pasta no Governo Lula.

O PRB, ligado a Igreja Universal, que comanda o Ministério da Aqüicultura e Pesca, substituiu o atual senador Crivella, pré-candidato ao Governo do Rio de Janeiro, por Eduardo Lopes, que estava ocupando sua cadeira no Senado e se notabilizou como o grande articulador pela derrubada do PLC 122. O PLC visava tipificar o crime de ódio, em especial contra a comunidade LGBT. Na Ciência e Tecnologia, por indicação do ex Ministro Pimentel, assume o atual reitor da UFMG Clélio Campolina.

A grande mudança ocorreu no núcleo duro do Governo. No inicio do ano o ex-ministro da educação Aloizio Mercadante já havia substituído a senadora Gleisi Hoffman, pré-candidata ao Governo do Paraná. No inicio de abril, o deputado federal e ex-presidente do PT, Ricardo Berzoini, tomou posse à frente da Secretária de Relações Institucionais.

Portanto, o núcleo mais próximo de Dilma terá melhor capacidade de negociação e articulação com o Congresso e um perfil mais político e partidário. Também reforça, somada com a indicação de Chioro na saúde, o fortalecimento do PT paulista na condução e decisão dos rumos do Governo e da campanha para reeleição da presidenta Dilma.

Em que pese Mercadante e Berzoini serem fundadores do PT e construíram sua trajetória política em São Paulo, ultimamente tem posturas diferenciadas. Mercadante tem sido articulador e defensor de posturas cada vez mais conservadoras e conciliatórias e mantém uma relação autoritária e de pouco diálogo com a bancada petista. Por outro lado, Berzoini na bancada da Câmara sempre foi um freqüente crítico dos rumos do Governo e do PT, e sabe que para aprofundar as mudanças será preciso mudar os rumos atuais. ★

***Jonatas Moreth** é Coordenador Nacional de Movimentos Sociais da JPT.

# Um ato e seu significado

*Sonia Fardin**

Muitos eventos foram convocados para marcar, pela esquerda, a passagem dos 50 anos do golpe militar que destruiu vidas, interrompeu um projeto de reformas de base que visavam consolidar conquistas da classe trabalhadora, que castrou a democracia e implantou um projeto político de direita apoiado por empresários, latifundiários, setores conservadores das igrejas, grande imprensa e o imperialismo dos EUA, derrubando o governo constitucional e um presidente com aprovação popular, implantando uma ditadura por 21 anos.

Em Campinas, o ato "Repúdio ao golpe militar de 1964", realizado no dia 31 de março reuniu 500 pessoas as 17h no Largo do Rosário, espaço tradicionalmente utilizado pela esquerda na cidade para atividades públicas. Nestes 29 anos pós-reconquista da democracia, este foi o primeiro ato público contra o golpe e a ditadura militar na cidade organizado de forma unificada pela esquerda. Encabeçando estava a Comissão Municipal da Verdade, Memória e Justiça e o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Campinas; todas as organizações partidárias, entidades estudantis, movimentos sociais, organizações de trabalhadores e associações de classe do campo da esquerda atenderam a convocação.

Nas semanas que antecederam o ato, militantes e dirigentes atuaram em grupos de trabalhos para, coletivamente, elaborar material de divulgação, buscar recursos materiais, mobilizar a militância e fazer panfletagem pela cidade.

Na praça, as diferenças programáticas e estratégicas se mostraram nas faixas, nos cartazes, nas bandeiras e principalmente nos discursos no palanque. O que fez com que organizações políticas que dificilmente subiriam juntas em um mesmo palanque, ali estivessem?

Nas falas dos dirigentes, muitos pontos de convergência: exigência da revisão da lei da anistia e a punição aos torturadores, identificação e punição dos empresários que apoiaram e se beneficiaram com o golpe militar, combate à criminalização dos movimentos sociais, desmonte da polícia como braço armado de um Estado que serve aos interesses do capital, reforma política, ampliação da participação popular e defesa do socialismo.

A afirmação que pautou enfaticamente todos os discursos foi: os ditadores se recolheram na caserna, mas a ditadura não saiu da ordem do dia. Permanece latente nos instrumentos legais, culturais e econômicos que têm como objetivo impedir o avanço das lutas populares e do fim da opressão capitalista, a exemplo das leis repressivas criadas pelo regime militar, parcela importante do aparato judiciário, os conglomerados de comunicação e a truculência da polícia militar.

Passados 50 anos do golpe e 29 anos da retomada da democracia, os atos que se replicam pelo Brasil contra o golpe e seu significado não são apenas ações simbólicas de descomemoração de um acontecimento que implantou a exceção e a ditadura no passado, mas sim a necessidade de enfrentamento da mesma ameaça no presente. Também é necessário refletir a relação entre a instalação das várias Comissões da Verdade em municípios, universidades e organizações civis -- ainda sem poder de fato de fazer justiça e responsabilizar os torturadores e seus financiadores -- com, no polo oposto, a despreocupação e a arrogância com que militares e setores conservadores representantes dos interesses do grande Capital saem publicamente em defesa do retrocesso democrático, inclusive pregando a volta das práticas mais odiosas que o golpe instituiu.

Neste 31 de março de 2014, atos como este, unificados pela esquerda, apontam para aquilo que realmente se coloca como desafio a esquerda brasileira, ainda hoje: ter claro contra o que lutamos. Fica uma antiga certeza: trabalhadores do mundo, uni-vos. ★

***Sônia Fardin** é historiadora e militante petista. Integra o Grupo de apoio da Comissão Municipal da Verdade, Memória e Justiça de Campinas

# Notícias de Paris

*Carla O. Sanfelici**

O núcleo do PT em Paris organizou uma manifestação no último dia 31 de março, próximo da embaixada do Brasil, relembrando os 50 anos da ditadura militar.

O objetivo deste ato era relembrar este momento sombrio da nossa história, recordar os crimes que permaneceram impunes. O que coloca a necessidade de que Justiça seja feita, reforçando, desta maneira, o nosso apoio à Comissão da Verdade, com a consequente punição dos torturadores.

Em nosso país sobrevivem ainda muitas instituições herdadas da ditadura. Por essa razão, no ato de Paris "Ditadura nunca mais", iniciamos a campanha pelo Plebiscito Popular por uma Constituinte exclusiva e soberana para fazer a reforma política.

Durante o ato, contamos com testemunhos fortes, como o caso do relato de Nicolau Bruno, filho de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, jornalista, torturado, assassinado e que teve seu cadáver esmagado por um caminhão com a tentativa de simular um suicídio. Na manifestação, Nicolau pediu uma maior atenção das Comissões Nacionais da Verdade com as vítimas pouco conhecidas da ditadura, exigiu que os torturadores sejam interrogados e criticou a lei de anistia, que não permite que se processe os assassinos de Merlino. Os torturadores e assassinos de Merlino são Carlos Brilhante Ustra (Capitão Tibiriçá), Dirceu Gravina (Jesus Cristo) e Carlos Alberto Augusto (Carlos Metralha).

Tivemos o inusitado testemunho do jornalista da RFI que, de entrevistador, passou a testemunha. O jornalista Gabriel Rocha Gaspar nos relatou como foi vítima da PM, insituição que é herança direta da ditadura. Gabriel contou que um PM o prendeu, bateu e ameaçou de morte, tendo ele apenas dez anos. O estopim para o uso de tanta violência foi por causa de uma disputa em um jogo de futebol envolvendo o filho do policial.

A revogação da Lei de Anistia, assim como a reforma politica são saídas para as mudanças das nossas instituições e com ela o fim do uso de atos arbitrários, violentos.

Contamos também com a presença de Maria José Malheiros, uma das últimas vítimas da ditadura anistiada e que, além de mostrar sua solidariedade ao ato, estabeleceu a relação entre o Núcleo do PT de Paris e a Comissão da Anistia, abrindo possibilidade de atividades em comum.

Ao final, fomos à Embaixada do Brasil entregar um documento exigindo a punição dos crimes da ditadura, em solidariedade às Comissões da Verdade e movimentos sindicais e estudantis no Brasil que se manifestavam no dia 31 de março. Também afirmamos nossa disposiçao em contribuir com o trabalho da Comissão da Verdade. ★

***Carla Orlandina Sanfelici** é militante do núcleo do PT de Paris

# Rogério Correia: sem bichos esquisitos no meio

Nesta edição *Página* 13 entrevista o deputado estadual Rogério Correia, maior opositor ao ninho tucano no estado de Minas Gerais. Em seu terceiro mandato como deputado, Rogério foi idealizador do Bloco Minas Sem Censura, sendo seu líder por 2 anos e atual vice-líder, criado com o intuito de questionar e fazer o enfrentamento aos mandos e desmandos do curral criado por Aécio Neves no estado. Confira a nossa entrevista, feita por Daniela Matos e editada pelo jornalista Raul Gondim.

**Página 13 - Em 2014, são 12 anos de governo tucano em Minas. Qual é o balanço que se faz desse período?**

**Rogério Correia -** Na verdade são doze anos ininterruptos, pois antes nós tivemos quatro anos de Eduardo Azeredo. É importante relembrar esse período, porque foram anos em que FHC governava o Brasil e Azeredo preparou e executou em Minas o processo de privatização dos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL e a privatização da CEMIG, a companhia de energia do Estado. Neste período, Azeredo realizou uma renegociação da divida estadual em termos muito ruins para o Estado e que tem interferência na dívida de hoje. Foi quando Azeredo tentou a reeleição e os tucanos criaram o que ficou mais tarde conhecido como "mensalão". Azeredo preparou todo o terreno neoliberal em Minas, interrompido pelo governo Itamar Franco, mas que voltou com força redobrada com Aécio e Anastasia, quando implantaram o chamado "Choque de Gestão". Como resultado do "Choque de Gestão", somos hoje o segundo estado mais endividado do país. São quase 100 bilhões de dívidas. Minas é o 22º estado em produto interno bruto e perde em Índice de Desenvolvimento Humano para todos os estados do Sudeste. Possui o pior índice de emprego no Brasil nos últimos dez anos. Somos tetracampeões no desmatamento da Mata Atlântica, pois somos também o paraíso das mineradoras e das plantadoras de eucalipto. Minas não tem planejamento econômico social e tem sua economia dependente das exportações de minério e café.

**P13 - Um capítulo a parte é a relação promíscua de Aécio e sua irmã Andréa com a mídia, e a perseguição aos jornalistas e jornais de oposição.**

**RC -** O senador Aécio Neves, que mora no Rio de Janeiro, considera Minas Gerais como o curral dele, como se aqui ele tivesse colocado uma cerca e dominado tudo. É a irmã dele, Andréa Neves, quem controla e paga toda imprensa e agências de publicidade. Por sua mão-de-ferro, é conhecida aqui como a "Goebbels das Alterosas". Eu sei que esse controle absoluto da mídia é comum em outros estados, mas aqui não escapa absolutamente nada do poderio dos Neves. E não é só na mídia não. No Tribunal de Contas do Estado, os conselheiros são todos tucanos e vários deles foram líderes do governo tucano na Assembleia Legislativa. Há uma dívida de 8 bilhões com a educação e outra também em torno de 8 bilhões com a saúde. O TCE, sabedor dessa dívida e da não aplicação do percentual mínimo constitucional, fez o planejamento pra que o governo não fosse obrigado a pagar a dívida e acatar a constituição. Isso é público e notório. Já até existe uma ação na justiça, mas o Ministério Público também é dominado pela vontade do governo de Minas. São raros os promotores que tentam encarar a função de fiscalização do estado. Se alguma coisa escapole, a justiça está lá para assegurar os desmandos do senador Aécio Neves. Na ALMG, dos 77 deputados eles têm pelo menos 55. Aqui nunca foi instalada uma CPI que fosse contra os interesses do Governo. Eu diria que Minas vive uma espécie de Estado de Exceção. Até jornalista preso por censura tem. Eu mesmo fui ameaçado de cassação porque denunciei o caixa 2 de Furnas. Então o clima é esse: é um clima de terror. Fazer oposição aos tucanos é perigoso. Recentemente, o "senador" tentou evitar inclusive que o Google fizesse buscas com o nome dele, porque apareceram coisas que lhe desagradam, sobre a relação dele com drogas e sobre recursos públicos desviados na área da saúde e educação. É o jeitinho tucano de governar. É bom que o Brasil saiba.

**P13 - Qual é hoje o cenário da eleição ao governo mineiro?**

**RC -** Os tucanos, por terem o controle da máquina e todo esse controle que eu disse, ainda são favoritos sobre o Fernando Pimentel (PT). Contudo, nos últimos anos nós nunca tivemos tantas chances de ganhar as eleições. Primeiro porque o PT, apesar das diferenças dentro do partido no estado, conseguiu unificar em torno de um nome. Internamente, nós não teremos disputa. Nós teremos também uma aliança mais ampla, que une o PMDB, PCdoB, o PRB e o PROS, o que dará ao Fernando Pimentel um tempo razoável de televisão. Segundo, porque o candidato deles (Pimenta da Veiga) é um candidato que espelha o passado. Foi prefeito de BH ainda em meados de 1989, 1990. Depois disso se afastou, foi ministro de FHC. Aqui é conhecido como "avô do mensalão". Foi ele que levou Marcos Valério pra Brasília. É uma candidatura passada, antiga, não inspira novidade. Em terceiro porque há hoje também um desgaste do governo do PSDB, muito espelhado no movimento que nós fizemos de oposição através do bloco Minas Sem Censura e também nos movimentos sociais, que conseguiram levantar a cabeça, tecer críticas e realizar movimentos importantes de reivindicação, que levaram a desmascarar o governo. Exemplo: a greve dos professores que durou 112 dias, as greves na saúde e no setor eletricitário. Tudo isso criou um clima social que permite hoje um questionamento maior ao governo tucano. Pimentel desfrutará desse clima de insatisfação.

Rogério discursa para professores em ato realizado pelo Sind-UTE na Assembléia Legislativa de Minas Gerais

**P13 - E a candidatura petista, dessa vez é pra valer? Após vacilar na oposição e nas últimas eleições, abrindo mão do projeto petista pro estado, qual é a nossa situação?**

**RC** - A candidatura é pra valer. Como Aécio Neves é o candidato nacional, então o PSDB fará o o embate direto com o PT. Vamos dizer assim: não há mais bichos esquisitos no meio, tipo Dilmasia, Lulécio e Pimentécio. Será a opção mais clara. Coisa que no passado se misturava aqui em Minas, numa política estranha, onde setores do próprio PT buscavam facilitar a existência disso, não criando uma oposição real e forte. Sempre achei isso errado. Se o PT desde o início tivesse tido aqui uma postura de oposição mais consistente, já teríamos firmado uma possibilidade de vitória em Minas há mais tempo. Vou citar alguns exemplos: o governo de Minas Gerais tem uma visão meramente a favor das empresas agrícolas e do latifúndio. Aqui os programas referentes à agricultura familiar são muito inferiores aos programas que existem no Brasil. Nós temos aqui muitas terras que são devolutas ou que não foram ainda titularizadas aos camponeses, aos pequenos produtores. Com certeza um governo nosso já teria avançado e muito em relação a tudo isso. Outro exemplo: o estado de Minas Gerais não fez uma aliança institucional com o governo federal para a existência do Pronatec. Pelo contrário. Tem diminuído vagas no ensino noturno e tem deixado Minas pra trás no alcance dos programas do governo federal. Como eu disse, Aécio fez uma cerca e procurou não permitir que entrassem em Minas Gerais os ventos que sopram do governo popular. Aqui não são as montanhas, é a cerca neoliberal que não permite a chegada de programas mais populares.

**P13 - Seu mandato tem sido fundamental na oposição ao tucanato dentro da Assembleia e no apoio aos movimentos populares e sociais. Conte um pouco das ações e expectativas para 2014.**

Olha, modéstia a parte, nosso mandato contribuiu sim. Fui o idealizador, junto com o deputado do PMDB Sávio Souza Cruz, da existência de um bloco de oposição que uniu PT, PMDB, PCdoB e o PRB. Foi quando surgiu o Bloco Minas Sem Censura. Nós sabíamos que somente esta oposição interna de nada valeria, por sermos poucos e porque a institucionalidade está sob domínio completo das forças conservadoras. Então nós chamamos os movimento sociais a se unirem a esta ideia e fortalecerem um projeto de oposição. Com isso criamos um vínculo muito grande com a CUT, MAB, MST, Vila Campesina, Sindicato dos Produtores Rurais, Sind-UTE, Sind-Saúde, Sindieletro. Nós criamos um ambiente capaz de fazer com que as ações da ALMG tivessem repercussão no movimento social e o principal: que as ações do movimento social se fortalecessem e nós fizéssemos uma repercussão no parlamento. É preciso ressaltar aqui também uma visão nova do movimento sindical de Minas, que deve ser espelho nacional. A CUT aqui tem uma capacidade de organização dos movimentos muito grande, em particular após a eleição da coordenadora do Sind-UTE, Beatriz Cerqueira, como presidenta da CUT MG, que conseguiu junto com a direção chamar essa unidade, extrapolar o caráter meramente econômico das lutas e se relacionar com a sociedade na oposição ao projeto neoliberal. Eu diria que Fernando Pimentel vai usufruir de algo que ele construiu pouco, mas que vai fazer diferença em seu plano de governo. Quanto à minha candidatura, nós tomamos a decisão de tentar novamente o mandato de deputado estadual e eu estou buscando exatamente ter o apoio dos movimentos populares. Tomara que seja dessa vez um mandato de situação, mas será um mandato de situação também impulsionador de transformações. Mesmo estando no governo, não dá pra se acomodar dentro da institucionalidade. ★

**Colaboração**: Marco Aurélio Rocha

# Pará: entre o pragmatismo e a transformação

*Marcelo Martins**

Barbalho, mais um oligarca da política

Muitos apostavam que a divisão (ou racha) ocorrida no PED 2013 entre os três subgrupos da CNB no Pará poderia significar uma possibilidade de rompimento com o pacto em torno do PMDB. Mas isso não ocorreu. Os dirigentes desses grupos, tanto quanto seus militantes e agregados estão por demais "domesticados" pela lógica pragmática centro-eleitoral.

Foi nestes marcos que ocorreu o encontro do PT Pará, em 29 de março de 2014, confrontando duas teses: **Candidatura Própria do PT ao governo do Pará** nas eleições de 2014, defendida pelo Bloco da Esquerda Petista (formado pela AE , Pororoca Vermelha e PTLM), MS e DS; e a outra que defende a **Candidatura Hélder Barbalho/PMDB**, ao governo do Pará, apoiada pelas forças regionais que compõem o CNB-Pará (Unidade na Luta, Articulação Socialista e Construindo um Novo Pará).

As duas teses não apresentam grandes diferenças quanto à caracterização do cenário 2014, tampouco quanto as prioridades táticas do PT: reeleger a presidenta Dilma Rousseff; derrotar o governo tucano de Jatene/PSDB; ampliar ou manter as bancadas federal e estadual; garantir uma vaga ao senado federal (com Regina Barata ou Paulo Rocha).

Mas seguem caminhos opostos na tática eleitoral proposta. A **Candidatura Própria do PT ao governo do Pará** avalia que os pontos acima levantados credenciam o PT a ter uma candidatura petista, representada pelo pré-candidato ao governo do Pará o dep. Federal Cláudio Puty e apresentam a pré-candidatura da ex-deputada estadual Regina Barata ao senado federal, além de reforçar os projetos municipais e projetar petistas para as principais disputas eleitorais em 2016, como a retomada de importante cidades paraenses como a capital, Belém, Santarém e Parauapebas.

Já os partidários da **Candidatura Hélder Barbalho/PMDB**, sustentam que as derrotas de Ana Júlia, ao governo do estado, em 2010 e de Alfredo Costa, à prefeitura de Belém, em 2012 representam o enfraquecimento e o descredenciamento do partido para disputar sequer o 1° turno das eleições 2014 ao governo do estado. Prega que os objetivos da tática eleitoral somente podem ser atingidos com a eleição a governador de Hélder Barbalho, caçula de Jáder e Elcione Barbalho.

Para justificar o apoio do PT a Hélder, João Batista, ex-presidente do PT e da corrente Unidade na Luta/CNB, afirmou que "nas eleições de 2006 o PMDB apoiou o PT e Ana Júlia, já no primeiro turno.".

Mas os fatos são outros: em 2006 o apoio do PMDB ao PT se deu apenas no segundo turno, No primeiro turno tivemos dois palanques e campanhas no Pará para a reeleição de Lula, um liderado pelo PT e outro pelo PMDB, com Priante como candidato ao governo do estado pelo PMDB.

A tese da **Candidatura Hélder Barbalho/PMDB** obteve 69,83% contra 30,17% dos votos da tese **Candidatura Própria do PT ao governo do Pará**. Quase o mesmo coeficiente se repetiu entre os que apoiaram a pré-candidatura a Senador de Paulo Rocha versus aqueles que apoiavam a da ex-deputada estadual Regina Barata.

Uma curiosidade foi a postura da Militância Socialista (MS), grupo que nacionalmente faz parte da esquerda do PT. No encontro do PT Pará, a MS defendeu a candidatura própria, mas foi contra Cláudio Puty, lançando Valdir Ganzer (CNB), proposta que nem o próprio Ganzer apoio. A MS também apoiou a candidatura de Paulo Rocha (CNB) ao Senado, contra a candidatura de Regina Barata.

Pelas redes sociais pode-se sentir a reação d@s petistas paraenses insatisfeit@s com o apoio à oligarquia barbalho/PMDB, que vai desde a negação mais veemente da aliança com o PMDB até as ameaças de desfiliação do partido. Lembram alguns, do processo de desmonte do partido operado para favorecer a família Sarney, no Maranhão.

Muitas questões ficaram sem resposta e somente o tempo dirá quais as consequências que essa "aventura oligárquica" trará ao PT do Pará, tanto nas urnas, quanto nas ruas. Entrementes, já se pode observar que a **Candidatura Hélder Barbalho/PMDB** terá muitas turbulências e resistência no PT. E a candidatura de Paulo Rocha, se efetivada pela justiça eleitoral, já não goza mais de unanimidade no PT. Por fim, a campanha de Dilma, no Pará, perde vigor político, militante e ideológico.

Pergunta que não quer calar: afinal, se era para reeditar 2006 com posição invertida, porque não definiu pelas duas candidaturas (PT e PMDB) e pelos dois palanques à Dilma? ★

***Marcelo Martins** é historiador, membro direção estadual AE-Pará

# Sempre na luta e na esquerda

*Ana Rita**

No dia 24 de março de 2014, manifestei ao PT do Espírito Santo minha disposição de concorrer a uma vaga à Assembleia Legislativa nas eleições gerais deste ano. O livro de registro de pré-candidaturas foi assinado 10 dias após o Encontro Estadual no qual concorri com o ex-prefeito de Vitória, João Coser, a intenção de disputar a vaga para o Senado Federal.

No encontro estadual apoiadores da nossa pré-candidatura ao Senado destacaram a importância de manter o nosso mandato pela referência nacional e pela profunda identificação com as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras, das mulheres, negros e negras, jovens, direitos humanos, dos agricultores rurais e causas sociais. Destacaram a dedicação do mandato à construção do PT e o significado de termos a presença de uma mulher na chapa majoritária. Entretanto, a maioria escolheu Coser como candidato.

Importante destacar que após a votação que indicou o nome de Coser ao Senado, seus apoiadores acrescentaram uma emenda, que faz dele candidato do PT a qualquer cargo majoritário da chapa que o partido participar, inclusive aos cargos de governador e vice-governador.

Em face desta proposta, os delegados apoiadores do meu nome apresentaram voto contrário à emenda alegando que a mesma descaracterizava a decisão anterior, enfraquecia o partido nas negociações em torno do seu objetivo da vaga ao Senado e abria a possibilidade de a campanha da presidenta Dilma não ter um palanque majoritário comprometido com sua reeleição no Estado.

Diante desta proposta que contraria os princípios básicos da democracia e mesmo o Regimento partidário e, na tentativa de sair de forma unificada do encontro estadual, propusemos que a deliberação sobre possíveis nomes aos cargos de governador e vice-governador, fosse do Diretório Estadual. Mesmo diante de nossas ponderações, em uma votação tumultuada e sem debates, a emenda dos apoiadores de Coser foi aprovada.

Ana Rita, uma senadora que nos orgulha

Nosso entendimento é que isto constitui uma infração ao regimento do PT, além de descaracterizar a decisão adotada sobre o Senado. Frente a isto, delegados e delegadas que me apoiaram apresentamos recurso à Direção Nacional do PT, questionando a resolução do Encontro Estadual.

Faço questão de reproduzir os argumentos usados no recurso ponto a ponto para que fique claro os nossos motivos:

1. Considerando que o centro da tática em 2014 é a reeleição da companheira Dilma Rousseff, e que no Espírito Santo é fundamental alterarmos o cenário de 2010 quando ganhamos no primeiro turno por pequena margem e fomos derrotados no segundo turno, sendo que na Capital, perdemos nos dois turnos.

2. Considerando que o Diretório Nacional no dia 12/12/2013 aprovou resolução política sobre a disputa eleitoral de 2014 que define que "nossas alianças deverão ser construídas tendo em conta a melhor tática para garantir a reeleição da Presidenta Dilma, ampliar a bancada no Senado Federal, na Câmara de Deputados, nas Assembleias Legislativas e nos Executivos Estaduais";

3. Considerando que nossos potenciais aliados no ES são o governador do PSB e o PMDB cujos líderes são claramente oposicionistas, para alcançar estes objetivos estabelecidos pela resolução política do DN é fundamental que o PT/ES tenha candidato ao Senado Federal e/ou candidatura própria ao Governo do Estado, como meio de garantir um palanque programático que defenda os avanços conquistados nos 12 anos do PT no Governo Federal e faça campanha para a reeleição da companheira, presidenta Dilma;

4. Considerando que o calendário de definição de candidaturas do PT-2014 determina um processo de debate específico quando houver apoio a candidaturas a governador de outro partido;

5. Considerando que segundo este calendário, primeiro o Diretório Regional convoca um Encontro Estadual para definir a tática eleitoral e a política de alianças, para depois, se houver mais de um militante postulando um cargo majoritário, deverá ser definido o método de escolha (encontro ou prévias) e posteriormente, entre 5 de abril e 11 de maio, realizará a definição de candidatura;

6. Considerando que o procedimento adotado pelo PT-ES emaranhou todas estas etapas e considerando que a resolução finalmente aprovada enfraquece o processo de negociação, além de ser totalmente estranho às tradições do PT um Encontro

Estadual definir um nome apenas para ocupar qualquer espaço na chapa majoritária (senador, governador ou vice-governador), conforme demonstra a seguir, o trecho da resolução: "o partido terá candidato para ocupar quaisquer das vagas da chapa majoritária apoiada pelo PT", sendo que para todas estas possibilidades foi indicado apenas um nome.

7. Considerando que a resolução aprovada no Encontro Estadual, além de desrespeitar o calendário de definição de candidaturas, é contraditória com a política nacional de fortalecer os palanques para a campanha presidencial e aumentar nossas bancadas no Congresso Nacional, pois é público e notório que se o PMDB reivindicar a vaga de Senado o máximo que caberá ao PT será a vice-governadoria de uma chapa encabeçada pelo PSB;

8. Considerando a resolução aprovada e a condução política que a Direção Regional do PT/ES vem adotando, o mais provável é que a companheira Dilma não tenha palanque no Espírito Santo;Ainda aguardamos o julgamento do recurso, o que no nosso entendimento, possibilitará que a Direção faça uma discussão mais profunda sobre os possíveis cenários que teremos pela frente, que não estavam previsto na resolução.

Aguardamos a análise do recurso pelo Diretório Nacional. Permanecemos atentos e atentas a qualquer manobra que leve o PT ao palanque dos nossos adversários políticos e ideológicos. Queremos um palanque que nos permita a defesa programática do nosso projeto nacional. Este é o objetivo do recurso.

No Senado, seguimos na luta em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras, das minorias e apoiando e lutando por pautas importantes, como o projeto de lei que tipifica o feminicídio (assassinato de mulheres pelo simples fato de serem mulheres). Esperamos a aprovação rápida da inclusão deste crime no Código Penal Brasileiro. A proposta foi apresentada pela CPMI da Violência Contra Mulheres, que relatei, assim como a criação do Fundo Nacional de Combate à Violência Contra as Mulheres, recém- aprovado no Senado.

Em meio as "descomemorações" pelos 50 anos do Golpe Militar defendemos veementemente, na tribuna do Senado, a revisão da Lei da Anistia e a punição aos que mataram, torturaram, apoiaram e financiaram a Ditadura Militar.

Independentemente das eleições gerais deste ano, nosso mandato continua na luta e na certeza que tem lado: o lado dos que mais precisam, em defesa do PT e do socialismo! ★

---

*__Ana Rita__ é senadora da República e presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado

PARANÁ

# Tensão pré-eleitoral

*André Vieira**

No Paraná, consolida-se a pré-candidatura da Senadora Gleisi Hoffmann ao governo do Estado. A escolha da pré-candidatura a vice-governador deve ser objeto de debate interno, pois é colocada como forma de atrair aliados para a eleição. Nesse aspecto, os alvos prioritários tendem a ser o PMDB e o PDT.

O PMDB, hoje na base do governador Beto Richa (PSDB), encontra-se no dilema entre candidatura própria, continuar na base de apoio do PSDB ou definir apoio ao PT.

Já o PDT, que no Estado compõe a base junto com o PSDB, na capital está aliado ao PT, que tem a vice-prefeita. A tendência é que o PDT firme a aliança com o PT ao governo, sendo sua liderança mais proeminente o ex-senador Osmar Dias (PDT), irmão do senador Álvaro Dias (PSDB). Também o ex-prefeito de Maringá, Silvio Barros (PHS), é especulado nos bastidores para compor tal aliança.

Busca-se também o PCdoB para composição da aliança em torno da candidatura majoritária petista no Estado.

Gleisi precisa defender um programa de mudanças

Alternativamente ao embate Gleisi (PT) x Richa (PSDB), vislumbra-se a possibilidade de uma candidatura própria do PMDB, onde o mais cotado seria o senador Roberto Requião, e também do ex-prefeito de Maringá, Silvio Barros, pelo PHS.

Com relação a vaga ao Senado, havia uma certa expectativa de que a mesma fosse destinada a um partido aliado, possivelmente o ex-senador Osmar Dias (PDT). Entretanto, esse último parece descartar a possibilidade de concorrer à mesma vaga com o irmão. Já o PT trabalhava, até o início de abril, com a possibilidade de apresentar a pré-candidatura do agora afastado deputado federal André Vargas. E há a possibilidade de lançamento também da pré-candidatura do deputado federal Dr. Rosinha ao Senado.

Uma questão é: nossa candidata a governador será capaz de defender um programa que inverta a política neoliberal e privatista de Beto Richa, que faça aliança com o movimento popular e esteja comprometido com suas pautas? ★

---

*__André de Souza Vieira__ é servidor público, Secretário Geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná

# Panorama cutista

## SINDILIMPE (ES)

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação e Limpeza Pública (SINDILIMPE) é formado pelos garis e trabalhadores e trabalhadoras da limpeza e conservação do Estado do Espirito Santo. Sua última eleição ocorreu nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2014, consagrando mais uma vez a chapa 1 composta por companheiros e companheiras da AE.

A chapa da AE teve 2526 votos. A chapa 2, formada pela Artsind/ outros, teve 1313 votos. A chapa 3, formada pela Força Sindical/ outros, teve 655 votos. Brancos e nulos somaram 71 votos. O total de votantes foi de 4565, uma expressiva votação que confirmou o trabalho e o compromisso da chapa vencedora com a categoria.

O processo eleitoral foi tumultuado e judicializado pelas chapas 2 e 3 , resultando numa intervenção no sindicato que prejudicou toda a categoria, que não conseguia avançar em sua campanha salarial, mas agora segue avançando na luta com o nosso companheiro Ailton Dias, o Zuzu, na presidência.

## SINTTEL (PE)

Marcelo Beltran

O Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicação de Pernambuco (SINTTEL), que tem em sua base 4703 filiados e filiadas, apurou nos dias 18 e 19 de março os votos da sua eleição para nova diretoria.

No pleito a chapa 1, formada por militantes da AE, saiu vitoriosa com 93,4% dos votos válidos, foram 2456 trabalhadores e trabalhadoras das diversas empresas de telecomunicações de Pernambuco que confiaram nas propostas e no trabalho desta chapa, encabeçada por Marcelo Beltran.

## SASP - ARQUITETOS (SP)

Thiago Font

Os militantes da Articulação de Esquerda Licio Lobo e Thiago Font tomaram posse no dia 19/03, na Câmara Municipal de São Paulo, na nova direção do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo-SASP, uma composição plural com militantes petistas, do PSOL, do PCdoB, do PPL e independentes, eleita com o objetivo de resgatar o Sindicato para uma postura ativa na luta pelos direitos trabalhistas das arquitetas e arquitetos e participar com protagonismo no debate sobre os rumos das nossas cidades, destacando a luta pela Reforma Urbana. É compromisso da nova direção participar ativamente das lutas da FNA e da CUT, central à qual o Sindicato é filiado. Lício Lobo ocupa o cargo de coordenador regional para a Grande São Paulo e o companheiro Thiago Font compõe a direção executiva da entidade.

## SINDIPETRO (BA)

No Sindicato dos Petroleiros da Bahia (SINDIPETRO-BA), a apuração terminou no dia 31 de março. Estavam na disputa duas chapas: a Chapa 1, de oposição, formada pela Articulação de Esquerda, CSD e alguns militantes do Psol e Conlutas; e a Chapa 2, de situação, formada por membros da Articulação Sindical. A chapa 2 foi vencedora do pleito com 61,09% dos votos, a chapa 1 que obteve 36,01%.

## SINDMETAL (PE)

José da Silva Cavalcanti

O Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco (SINDMETAL-PE) está em processo eleitoral. A eleição deverá ocorrer entre junho e julho de 2014. Atualmente, estão sendo articuladas três chapas CUTistas. A Articulação de Esquerda participa de uma chapa formada por membros da atual diretoria, cujo principal representante é o companheiro da AE José da Silva Cavalcanti, tesoureiro da atual direção e um grande grupo de representantes das principais fábricas do estado. A Articulação Sindical se divide em duas outras chapas, também com membros da atual direção.

Neno

## SINDEMA (DIADEMA, SP)

O Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA), em São Paulo, tem cerca de 4.000 filiados e filiadas. A atual presidenta é a companheira da executiva nacional da CUT, Jandyra Uehara. A eleição será nos dia 14 e 15 de maio. O período para inscrição das chapas será de 4 a 24 de abril. A chapa cutista será encabeçada pelo militante da AE José Aparecido, mais conhecido como Neno.

# Vigilantes na Serra Gaúcha

*Paulo Amaro Ferreira**

Nos dias 18 a 20 de março ocorreram as eleições para a direção do Sindicato dos Vigilantes da Serra Gaúcha, com sede em Caxias do Sul. Nessa disputa, havia duas chapas: uma da situação, composta pela CTB e Força Sindical; e uma de oposição, da CUT. O resultado eleitoral foi o seguinte: Chapa 1 (CTB e Força Sindical) 245 votos contra 175 da Chapa 2 da CUT.

Há 15 anos não havia eleições para este sindicato. Há 15 anos reinava soberba e tranqüila uma direção corrupta e submissa aos interesses das empresas de vigilância.

As tentativas de organizar uma chapa de oposição chegaram, no máximo, até a inscrição de chapas, onde a comissão eleitoral tratava de acabar com qualquer possibilidade de disputa eleitoral. Isso fez com que a categoria dos vigilantes ficasse descrente em qualquer possibilidade de derrotar a direção. Prova disso é que quando passávamos nos postos de trabalho para formar a chapa, os vigilantes diziam: "isso não vai dar certo. Eles sempre acabam impugnando a chapa de oposição. Não tem como tirar eles de lá". Agora, acabou esse invólucro místico que protegia a atual direção. Agora, os vigilantes sabem que é possível concorrer com uma chapa de oposição, e sabem que é possível vencer as eleições.

E acima de tudo, sabem que quem vai derrotar essa atual direção é a CUT. Conseguimos, após bastante tempo, articular uma chapa cutista para disputar um sindicato na nossa região, colocando a CUT no centro da disputa e fazendo com que os trabalhadores se referenciem nela sem hesitar um momento sequer. Além disso, articulamos também através da secretaria sindical do PT, reforçando a instância partidária. Há apenas alguns meses atrás, muitos dos que compuseram a nossa chapa apresentavam resistência em relação ao PT. Sabemos que parte dessa resistência ocorre em virtude dos ataques implacáveis da direita e do oligopólio da mídia. Mas sabemos também que parte disso é culpa de nós mesmos, principalmente após 2002. Entretanto, no decorrer do processo, as reuniões da chapa passaram a ocorrer na sede do PT, com uma bandeira do partido em cima da mesa, tornando a sede do partido o comitê de reuniões da chapa.

Além disso, retomamos a força e a identidade da CUT na serra, com ênfase em Caxias. No último período, a CUT perdeu espaço considerável para outras centrais sindicais. Isso se acentuou a partir da criação da CTB. Nos metalúrgicos de Caxias, a estratégia equivocada adotada pela CUT e pelo PT entregou para o PCdoB o controle do principal sindicato da região e tem deixado nossos companheiros da CUT, que estão hoje dentro do sindicato, engessados. Nos bancários, o PT compõe o sindicato, mas nossa composição fortalece o PDT e a Força Sindical, ainda que o sindicato se declare cutista. No CPERS, temos as posições esquerdistas do PSOL e PSTU, através da direção que se apresenta como "CUT Pode Mais". No sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul, onde os companheiros da direção se desfiliaram recentemente do PT, possivelmente passaremos também por uma tentativa de desfiliação da CUT.

É por isso que a organização de uma chapa cutista de oposição ao sindicato dos vigilantes constituiu, apesar da derrota eleitoral, um importante movimento para a CUT e também para o PT. Foi muito satisfatório, quando da apuração dos votos, ver muitos vigilantes com a camiseta da CUT, defendendo nossa chapa até o último momento.

Cabe reconhecer o importante apoio que os companheiros da direção estadual da CUT e de dirigentes sindicais de outras cidades, deram aos cutistas de Caxias. A CUT portou-se como uma verdadeira central sindical, com espírito de luta e com muita solidariedade. Isso, além de ter garantido nossa vitória política, também teve um tremendo impacto psicológico e simbólico para os nossos vigilantes que estavam participando pela primeira vez de uma eleição.

Nessa eleição, a situação fez de tudo: compra de votos, adulterou carteirinhas, retirou gente nossa da lista de votantes, impediu vigilantes em dia com a contribuição sindical de votarem. E mantiveram companheiros nossos em cárcere privado no final da apuração, por que nos negamos a assinar uma ata que não apresentava a verdade dos fatos ocorridos.

No final da contagem dos votos, ficou evidente a grande vitória política da categoria dos vigilantes, da CUT e do PT. Quando a CUT entra pra valer em uma disputa, o cenário é bem diferente.★

---

***Paulo Amaro Ferreira** é secretário Sindical do PT de Caxias do Sul

# CPERS: Unido e forte

*Daniel Damiani**

Nos dias 10 e 11 de junho teremos as eleições do CPERS-Sindicato, direção central e os seus 42 núcleos, que representam cerca de 80 mil trabalhadores em educação da rede estadual do Rio Grande do Sul.

O CPERS é, sem sombra de dúvida, o mais importante sindicato de trabalhadores do Estado, seja pelo número de trabalhadores que representa, ou pela sua história de combatividade, de lutas e conquistas. Foi uma das primeiras categorias do país a entrar em greve após o Golpe de 1964. Entre 1979 e 1991, tivemos nove grandes greves. Em 1997, auge do neoliberalismo e de um governo privatista, foi retomada a trajetória de greves com ampla participação da categoria.

No entanto, nos últimos anos, a história da categoria tem sido um tanto quanto distinta. Antes acostumado a realizar assembleias com 5 ou 6 mil trabalhadores, as últimas mal tem atingido 3 mil, sem contar assembleias de menos de 300 pessoas que marcaram o fim das últimas greves e paralisações.

A verdade é que o CPERS vem enfrentando, no último período, forte crise de representatividade entre a direção do sindicato e a categoria. Buscando explicar tal situação, podem ser levantados alguns fatores, tais como a precariedade que marca as condições de trabalho e de vida da categoria; a adoção de algumas medidas anti-sindicais, como a ameaça de corte do ponto de grevistas, por parte do atual governo estadual encabeçado pelo PT; a própria frustração e descrença da categoria, que hoje não recebe o Piso Salarial Nacional do magistério como básico no Plano de Carreira, promessa de campanha do governador Tarso Genro.

No entanto, ao analisarmos a crise de representatividade. não pode ser minimizada a influência dos erros da atual direção central do Sindicato.

Hegemonizada por setores que constroem a CONLUTAS, a atual direção do Sindicato, que segue filiado à CUT e a CNTE, tem construído uma política de divisão da categoria. Tendo declarado o Governo Tarso, ainda nos primeiros seis meses, como "inimigo da educação", passou a ter uma postura de partidarização e combate sistemático, não apenas contra o governo, mas contra a CUT e contra os militantes históricos da categoria que têm referência na central e constroem o CPERS na base, no dia a dia.

A direção central do CPERS se negou a compor o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social proposto pelo governo estadual, assim como se negou a participar da Conferência Nacional de Educação e boicotou todas as mobilizações nacionais promovidas pela CNTE.

Quando o Governo do Estado propôs a reforma do ensino médio, sem entrar no mérito e no método de implementação -- este último bastante falho -- a resposta do CPERS foi se posicionar contra a reforma, sem nenhum debate de caráter pedagógico mais aprofundado. Chegou ao ápice de queimar as cartilhas produzidas pelo governo.

A atual gestão é marcada por um discurso extremamente radical de oposição política e partidária ao Governo, discurso acompanhado de uma baixa capacidade de mobilização e nenhuma vitória significativa. Este ano a direção central do CPERS convocou uma assembleia com indicativo de greve, mas teve que recuar após a grande maioria das assembleias de núcleo ter deliberado contra a greve por tempo indeterminado. Símbolo maior de que a direção não sabe dialogar com o sentimento da base, que deu um grande e retumbante ***não*** à sua política.

Ao longo da atual gestão, os militantes da Articulação de Esquerda, que até então compunham a atual direção central do Sindicato, compreenderam, após os sucessivos equívocos e do agravamento da crise de representatividade do sindicato, o esgotamento desta aliança e passamos a construir um campo de oposição que reúne os setores cutistas e demais parceiros como a CTB, que se constituiu como "CPERS Unido e Forte".

Entre os principais eixos programáticos que nos unem nessa construção estão: a defesa da história de luta e combatividade do CPERS, a defesa da unidade da categoria, a defesa da autonomia em relação a governos e partidos, a retomada do debate educacional e pedagógico, a luta incontestável pelo pagamento do Piso Salarial Nacional como básico e com repercussão na carreira.

Queremos unir a categoria, ativos e aposentados, professores e funcionários, a experiência dos mais velhos e da juventude que ingressa na carreira, retomando o caminho da força, lutas, vitórias e conquistas que são a principal marca do CPERS-Sindicato.★

***Daniel Damiani** é professor de Sociologia da rede estadual e militante da AE-RS

# Nossas propostas

Resumo da contribuição ao debate apresentada pelo Setorial Sindical da Articulação de Esquerda à 14ª Plenária Estatutária da CUT

A Central Única dos Trabalhadores integra a luta por um Brasil democrático, popular e socialista, cabendo-lhe um papel fundamental tanto na luta por nossas bandeiras imediatas quanto nas históricas, como a democracia, a liberdade e autonomia sindical, o socialismo. Nosso desafio é vincular as lutas cotidianas com nossos objetivos históricos.

Estamos diante de um momento novo na história brasileira. Passamos da substituição das mobilizações massivas, a exemplo das grandes greves e mobilizações políticas e sociais do final dos anos 1970 e da primeira metade dos anos 1980, para um período de descenso das lutas sociais e de votações massivas em candidaturas e partidos de esquerda, que levaram o PT à presidência da República em 2002.

A eclosão das manifestações populares, em junho de 2013, abriu um novo período de lutas sociais no país, que se caracterizam pela heterogeneidade, com a existência de múltiplos movimentos, setores sociais e políticos envolvidos, disputando e sendo disputados. O sentido em geral progressista das demandas, que reivindicam mais direitos sociais e mudanças no sistema político do país são bandeiras da esquerda, dos setores progressistas do Brasil. Setores de direita buscam apropriar-se destas bandeiras, para tentar dirigir e apropriar-se de um movimento cujo conteúdo é no limite contraditório com seus interesses de classe.

O novo período aberto com as mobilizações de junho de 2013 exige que a CUT dê um salto de qualidade político e organizativo, em especial em nossa intervenção de massas e na articulação com os movimentos sociais.

Para avançar, dar continuidade e aprofundar as conquistas dos últimos anos, é preciso mais força política e mais recursos à disposição do Estado. Neste sentido, é preciso mais enfrentamento político e ideológico, com o grande capital privado, com a grande mídia e com as forças políticas conservadoras e de direita.

O desafio da CUT em 2014 é avançar no atendimento da *Pauta da Classe Trabalhadora* e em pontos centrais do plano de lutas: a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário; fim do fator previdenciário; reforma agrária; igualdade de salários e oportunidades entre homens e mulheres; política de valorização dos aposentados; 10% do PIB para a educação; 10% do Orçamento da União para a saúde; ratificação da Convenção 158 da OIT que impede a demissão imotivada; regulamentação da Convenção 151 que estabelece a negociação coletiva no serviço público; contra quaisquer restrições ao direito de greve e criminalização/judicialização dos movimentos sociais; reforma agrária, urbana, política e tributária e a democratização dos meios de comunicação.

A atitude que predominou no governo frente à *Pauta da Classe Trabalhadora*, entregue à Presidenta Dilma em março de 2013, foi o descompromisso em estabelecer um processo real de negociação. O fato é que em relação e esta *Pauta* não houve nenhuma conquista nova no curso do primeiro mandato da presidenta Dilma. E isto precisa mudar já, antes da campanha eleitoral.

Em 2014, portanto, devemos concentrar nossas forças para disputar nas ruas, o atendimento das reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras e a defesa intransigente de um programa para o próximo período com reformas estruturais e estruturantes no campo político, social, cultural e econômico.

A Campanha e o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, organizada pela CUT, MST, UNE e cerca de 100 entidades dos movimentos sociais e populares de todo o Brasil, deve ser prioridade em 2014. Reafirmamos a centralidade da reforma política como o único meio de tirar a política brasileira das garras do poder econômico e proporcionar a participação popular direta nos processos e esferas de decisão dos rumos do País.

A batalha em torno de quem ocupará a presidência da República no período 2015-2018 está no centro das preocupações e de todos os movimentos sociais e populares, de todos os meios de comunicação, governantes, parlamentares e partidos políticos. Como vem ocorrendo desde 1989, as eleições presidenciais cristalizam o estado da arte da luta de classes no Brasil.

A Central Única dos Trabalhadores é chamada a tomar posição nesta luta. E nossa posição é a de apoiar a reeleição da presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato presidencial. Mas para a CUT,

a reeleição de Dilma precisa ser feita em condições da realização de um segundo mandato superior ao atual.

Para “continuar mudando” o Brasil, este segundo mandato necessita de uma nova orientação política global, que parta de alguns pressupostos:

a) no Brasil e em toda a América Latina, continua posta a tarefa de superar a hegemonia neoliberal, nas suas três dimensões: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro e a obsessão pelo Estado mínimo, cujo enfrentamento exige aprofundar e radicalizar as iniciativas de integração latino-americana e caribenha;

b) duas décadas perdidas, uma delas de hegemonia neoliberal, produziram uma tragédia que está longe de ser debelada e que só o será através de reformas estruturais e de políticas sociais universais;

c) é preciso democratizar radicalmente o país, o que inclui mudanças no modelo de Estado, mecanismos de controle social, reforma política, combate ao monopólio dos meios de comunicação, fortes políticas de cultura e educação;

d) precisamos de um desenvolvimento centrado na ampliação do público e do social, da produção e do mercado interno de massas, o que exige vultosos investimentos estatais em infraestrutura, políticas sociais e reformas estruturais (com destaque para as reformas agrária e urbana). É preciso ampliar o orçamento destas áreas, em detrimento dos encargos da dívida financeira;

e) o Banco Central deve perseguir metas combinadas de inflação, crescimento e emprego. As taxas de juros determinadas pelo Copom devem ser compatíveis com as metas de crescimento e emprego. A redução da relação dívida/PIB será buscada, não através de altas taxas de superávit primário, mas sim através do crescimento do Produto Interno.

Por tudo isto, a CUT trabalhará para que o programa de governo 2015-2018 de Dilma inclua medidas radicais nas áreas de reforma urbana, reforma agrária, segurança pública, educação e saúde, redução dos juros, jornada de 40 horas, manutenção da política do salário mínimo e outras demandas da classe trabalhadora.

Exigimos, também, uma mudança imediata na atitude do governo em várias questões estratégicas:

a) na política de concessões sem contrapartidas ao grande capital (política de subsídios e isenções sem contrapartida, desoneração da folha de pagamento etc.);

b) na política de contenção dos investimentos no setor social (a exemplo do veto aos 10% da saúde e da educação, a recusa em libertar os estados asfixiados pela herança fiscal maldita deixada por FHC etc.);

c) No tratamento conservador e meritocrático em relação à política de valorização dos servidores públicos, bem como na regulamentação da convenção 151 da OIT que estabelece a existência de negociação coletiva no serviço público;

d) na postura incorreta no trato do tema da segurança pública (vide a postura do ministro da Justiça nas manifestações de 2013, a proposta divulgada originalmente pela Defesa tratando os movimentos sociais como inimigos, a defesa da lei anti-terrorista por parte de próceres petistas);

e) na ausência de uma política adequada para o explosivo tema urbano, aí incluído o transporte público, erro agravado pelos efeitos colaterais da Copa;

f) na atitude que predomina no governo, em casos como o da Comissão da Verdade e do tratamento dos povos indígenas, vem sendo o da conciliação com a direita;

g) na atitude que predomina no governo, no caso da reforma agrária, é a da inércia;

h) na atitude que predomina no governo, no caso da taxa Selic: iniciou com uma postura ortodoxa; depois travou uma batalha contra o setor financeiro; agora recuou, voltando a taxas de juros que obstruem os níveis de desenvolvimento que necessitamos.

Resumindo tudo o que foi exposto até agora: trabalhamos para vencer as eleições de 2014, mas em condições da realização de um segundo mandato Dilma superior ao atual.

Achamos que a contradição entre o desenvolvimentismo conservador do grande capital e a defesa das reformas estruturais por parte da classe trabalhadora vai se intensificar. Isto, é bom lembrar, é dito no ano em que completam 50 anos do golpe militar de 1964, exemplo claro do que são capazes de fazer as classes dominantes contra a democracia, a soberania nacional e o bem estar social do nosso povo.

Precisamos de um governo e de movimentos sociais que estejam à altura deste desafio histórico. ★

# A Rede Minuano

Cloraci Macedo*

No Brasil dos anos 1990, o desemprego jogou grande parte dos trabalhadores na economia informal. Aos trabalhadores urbanos com pouca ou sem nenhuma qualificação, e com um grande índice de analfabetismo, não restou outra alternativa a não ser buscar a sobrevivência em atividades econômicas de grande precariedade, como era o caso da catação nas ruas.

De 1990 a 1999, surge nas ruas do Brasil, principalmente nas grandes capitais, um grande contingente de trabalhadores jovens, adultos e até crianças, catando e disputando com os caminhões de coleta de lixo.

A atividade da catação ganha força por contar com uma matéria prima abundante, ainda que misturada com lixo comum, pelo baixo grau de consciência ambiental por parte da população, e principalmente pelos gestores públicos da época, problema que hoje gradativamente vem diminuindo. Os catadores atuavam de forma individual, sem nenhuma perspectiva de organização, vivendo num profundo grau de exclusão social. Cabe ressaltar que antes de surgir a catação nas ruas, milhares de trabalhadores já catavam nos lixões do país, vivendo em condições subumanas.

Na década de 1990, entidades não governamentais desenvolviam um trabalho junto à população de rua no centro do país, mais precisamente São Paulo e Minas Gerais, os quais boa parte tinha na catação uma alternativa de renda. A necessidade de organizá-los como categoria, dando origem a vários grupos de associações ou cooperativas.

No ano de 1999, acontece em Brasília o primeiro Encontro Nacional dos Catadores de Materiais Reciclaveis e a primeira Marcha Nacional dos Catadores. Em 2003, realizamos o primeiro Congresso Latino Americano de Catadores em Caxias do Sul (RS), com a presença de 800 catadores vindos de vários estados do Brasil e com a presença de diversos países latino-americanos, com destaque para Argentina e Uruguai.

Em 2005, às vésperas do Fórum Social Mundial, ocorre em São Leopoldo (RS) o segundo Congresso Latino Americano, com a participação de 1.200 catadores, ampliando a participação para outros países, como o Chile, México e Peru, além de uma representação de 11 países do continente africano, como Senegal e Moçambique. Este congresso teve como resultado uma coordenação intercontinental de catadores. No ano de 2010, representamos o Projeto Minuano no Fórum Social Mundial, no continente africano em Dakar, capital do Senegal.

Com a eleição de Lula em 2002, começa a mudar o cenário da vida dos catadores no Brasil. Em 11 de setembro de 2003, Lula cria o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores. Outra importante conquista foi a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, instituída pela lei 12.305 de 2010, que em seu artigo 24 trata da inclusão dos catadores nos processos de coleta seletiva nos municípios, com dispensa de licitação em se tratando de Associação ou Cooperativas compostas por catadores.

No Rio Grande do Sul, iniciamos o processo de organização dos catadores a partir de 1997. No final de 2005, organizamos a Associação Planeta Vivo, com a finalidade de firmar convênios e contratos e afirmar um processo de articulação e mobilização social dos catadores, fortalecendo a partir da produção e comercialização. No ano de 2010, aprovamos junto à Petrobras o primeiro projeto garantindo recursos para equipamentos, logística e acompanhamento em capacitações na área de gestão e organização em rede de comercialização, atuando em 31 municípios do Rio Grande do Sul.

Agora temos como foco a estruturação da Rede Minuano de Catadoras e Catadores, que vem se organizando em oito regiões do estado, com uma coordenação estadual composta por 45 catadores representantes de suas bases, com o objetivo de articular a cadeia da reciclagem à luz da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Cabe ressaltar aqui, que a Petrobras tem no Brasil vários projetos de apoio aos catadores de caráter estruturante, e que no ano de 2013 o governo federal lançou o programa Cataforte, em apoio às redes de catadores no Brasil, com um investimento de cerca de 200 milhões. A execução desse investimento será num período de três anos. Nosso esforço, para além do reconhecimento da sociedade ao trabalho dos catadores, é de fato contribuir para construção da consciência de classe desses trabalhadores, que viveram no anonimato por muito tempo, embora estivessem presentes nas ruas do nosso país. ★

***Cloraci Macedo** é militante da AE e Coordenadora Geral do Projeto Minuano

Cenas do encontro estadual de Catadores, realizado no Rio Grande do Sul

# Anos de descaso

*Ana Lídia**

Desde o ano de 1995, quando Mário Covas (PSDB) assumiu a gestão do Estado de São Paulo, os professores da rede estadual passaram por uma série de greves (1995, 1998, 2000, 2008, 2010, 2013), todas elas reivindicando o cumprimento da jornada do piso, reajuste salarial, melhorias nas condições de trabalho e lutas contra inúmeras medidas do governo que atentavam contra a categoria docente e a qualidade do ensino público. Entretanto, o que se tem vivido é uma piora na vida do profissional da educação.

Ana Lídia: educação não rima com tucano

Além das medidas governamentais, ainda há os desafios diários dentro da sala de aula. Alunos chegam às séries finais sem saberem ler e escrever; não conseguem realizar as quatro operações básicas em matemática. A progressão continuada implantada por Covas trouxe consequências graves para o desenvolvimento da educação e para o professor que precisa lidar com os mais variados problemas de aprendizagem trazidos pelos alunos desde os anos iniciais do ensino escolar, isso porque muitos educandos são aprovados automaticamente para que se "melhore" os índices do governo. Essa situação reflete apenas números para serem publicados durante as campanhas eleitorais e é exatamente como números que alunos são tratados nas escolas.

A aprendizagem é deixada em segundo plano, proporcionando uma das causas da indisciplina excessiva na sala de aula, isto é, o fato de o aluno não conseguir acompanhar a matéria ministrada. O conteúdo apresentado naquele momento, que pressuporia um aprendizado anterior, é o terreno do desconhecido para o educando, ele estranha, tem-se medo diante do desconhecido e o modo que o aluno tem para de proteger, muitas vezes, é a indisciplina.

Com o último governo de José Serra, milhares de professores perderam sua estabilidade, levando a mais uma preocupação para o docente, pois além de se preocupar com a qualidade de suas aulas, o professor ainda precisa se preocupar com a garantia de seu trabalho no ano seguinte. O trabalho com o aluno é interrompido devido à interrupção de contrato, não permitindo ao professor dar continuidade ao seu projeto político pedagógico com os alunos e na escola.  O professor contratado, o chamado categoria "O", representa a verdadeira precarização do trabalho docente: baixos salários, com limites de faltas preestabelecidas (podendo ter o contrato cancelado caso se ausente por mais de duas vezes por ano, com exceção das faltas médicas, também limitadas), sem ter direito a utilização do plano de saúde do servidor público. Esse profissional vive uma verdadeira instabilidade. O professor categoria "O" não possui direito às férias e quando o contrato é finalizado, ao término de dois anos, ele precisa se afastar por quarenta dias do exercício docente. Desse modo, evita-se criar vínculos empregatícios.

Muitas vezes, o professor precisa se dividir em mais de uma ou duas escolas para completar a sua jornada de trabalho e parcela significativa da categoria ainda precisa se dividir em duas redes de ensino para conseguir um salário decente.

Isso faz com que o professor, muitas vezes, não consiga reinvestir na sua própria qualificação profissional que deveria ser garantida pelo próprio governo, para que as aulas das escolas públicas atinjam bons níveis educacionais e de maior dedicação aos alunos que chegam despreparados, para não se falar dos alunos de inclusão. Porém, na realidade vivida pelos profissionais da educação, em que as salas são superlotadas, é difícil lidar com cada realidade e muitos alunos acabam por não concluir o objetivo de aprender.

Além disso, a violência sofrida diante das condições de trabalho, com falta de estrutura necessária para o desenvolvimento de aula, assédio moral de gestores, superlotação das salas de aula, alunos com as mais diversas realidades são jogadas nas salas de aula, onde o professor precisa dar conta, sem um apoio psicológico. As condições de trabalho se mostram, muitas vezes, piores do que os salários pagos aos profissionais; nesse ano o Sindicato da categoria reivindica um reajuste de 75,33% para que o professor se iguale salarialmente às demais profissões que possuem ensino superior.

Ao longo desses quase vinte anos em que o PSDB está governando São Paulo, o que se tem notado é o descaso com a instituição escolar; com os alunos que tem o direito à educação; e com a categoria dos professores. As violências construídas pelas nossas heranças são reproduzidas todos os dias nas salas de aula, e a ordem da desigualdade é mantida com ajuda policial.★

***Ana Lídia é** professora de Sociologia da Rede Estadual de Ensino de São Paulo

# Entrar, permanecer e transformar

*Adriele Manjabosco* e Patrick Campos***

De 9 a 11 de maio, em Ouro Preto (MG) será realizado o III Seminário Nacional de Assistência Estudantil da União Nacional dos Estudantes. Com o tema “Entrar, Permanecer e Transformar a Universidade”, a UNE busca envolver estudantes de todo o país, militantes de Executivas e Federações de cursos, Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), DCEs, DAs, CAs, Coletivos estudantis, dirigentes de entidades como o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), ANDES, ANDIFES, FASUBRA, CUT, bem como representações de Universidades e do Governo Federal.

Ao reunir todos estes atores, o Seminário Nacional tem o objetivo de debater profundamente a atual situação das políticas de Assistência e Permanência Estudantil no país.

Este debate parte da avaliação de que ao longo dos últimos dez anos, uma série de políticas implementadas pelo governo federal -- como o REUNI, PROUNI, FIES, a Lei de Cotas e a criação dos Institutos Federais -- possibilitaram acesso ao ensino superior a sujeitos historicamente excluídos da Universidade. Contudo, esta ampliação do acesso não veio acompanhada das garantias necessárias de condições de permanência. Nesse sentido, o tema do seminário busca indicar que, para além de entrar na Universidade, a luta travada hoje por milhões de estudantes é por condições de permanecer estudando.

Precisamos de políticas que permitam que os estudantes, uma vez tendo sua vaga na universidade, tenham as condições para usufruí-la. Não é correto triplicar a quantidade de vagas no ensino superior, ao tempo que se amplia de maneira tímida as estruturas de Assistência e Permanência, mantendo as condições existentes dez anos atrás.

Na maioria das instituições sequer as necessidades básicas de moradia, alimentação e transporte estão garantidas, que dirá os demais direitos contemplados no atual Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como acesso á saúde, cultura, inclusão digital, esporte, lazer e apoio pedagógico.

Parte desta limitação decorre da insuficiência no financiamento. Em 2014 o orçamento do PNAES gira em torno dos R$ 700 milhões, num universo que necessita, para suprir as demandas básicas, no mínimo R$ 2 bilhões. Além do financiamento, outra limitação é a forma como estas políticas são formuladas, geridas e implementadas, em que os estudantes não possuem espaços efetivos nas tomadas de decisão.

Para além das pautas de financiamento e democratização, o seminário visa discutir questões que dialogam com aqueles que ingressaram no ensino superior por meio do processo e dos programas de expansão. Entre estas, destacam-se a necessidade de políticas específicas para estudantes cotistas, que atentem para questões como acessibilidade e o enfrentamento ao preconceito racial. A assistência específica para mulheres, principalmente para as estudantes mães que necessitam de creche para deixar seus filhos, evitando que a maternidade seja uma limitação em sua formação. A situação dos estudantes “prounistas”, que acessam vagas públicas em universidades privadas e não possuem nenhuma política que garanta sua permanência.

Parcelas significativas destes estudantes são jovens, trabalhadoras e trabalhadores, de regiões periféricas do país e dos grandes centros urbanos. Para eles e elas, a possibilidade de poder estudar está precedida das condições de moradia, alimentação, transporte, apoio pedagógico e tecnológico. Sem isto, sua condição estudantil fica mitigada ou inviabilizada.

Por compreender que precisamos avançar muito mais nas políticas de permanência e de assistência estudantil, e porque 2014 é um ano decisivo para o futuro da educação no Brasil, pois é o ano do novo PNE, da CONAE, de eleições presidenciais e, sem dúvida, de mobilizações que terão a educação como uma de suas principais bandeiras, que a UNE convoca todas e todos a se somarem na construção deste espaço. Será construído um Grupo de Trabalho, para coordenar uma campanha nacional pela Assistência e Permanência Estudantil.

A assistência estudantil trata das demandas reais e cotidianas daqueles estudantes trabalhadores e oriundos da classe trabalhadora. A UNE precisa cumprir o papel de organizar e mobilizar estes estudantes, tanto pelas condições de permanência como também na luta por uma Universidade Pública, Democrática e Popular! ★

---

***Adriele Manjabosco** é vice presidente da UNE
****Patrick Campos** é 1º diretor de Assistência Estudantil da UNE

# Reconstruindo o Grêmio

*Giovane Zuanazzi**

O Grêmio da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro (GEIP), Porto Alegre/RS, foi fundado há 48 anos, em plena Ditadura Militar e, em conjunto com outras agremiações, participou de diversas mobilizações e protestos contra o regime.

Há três anos, quando a maioria dos atuais membros do Grêmio entrou na escola, ele já não existia e a eleição que tentou recriá-lo não obteve quórum. Porém, no fim do mesmo ano, 2012, houve uma segunda tentativa de votação, que elegeu a chapa da gestão de 2013.

Essa gestão foi marcada pela falta de contato com os alunos (especialmente em relação aos que estudavam no turno da tarde e no turno da noite), pela falta de atividades e pela falta de política. Frente esta situação, resolvemos organizar uma chapa para a eleição seguinte, que foi realizada no início dezembro, nas últimas semanas de aula.

**O agora**

A chapa "União e Movimento" venceu as eleições e iniciou a gestão 2014 em fevereiro, no fim das férias, quando conseguimos a chave da nossa sala. Reunimo-nos, reformamos a sala, organizamos a papelada, pensamos nas primeiras atividades e seguimos em frente, lutando pela reestruturação do Grêmio.

Ajudamos na distribuição dos livros escolares aos novos alunos e buscamos as informações e os contatos necessários para podermos confeccionar as carteirinhas estudantis (meia-entrada) e os TRIs escolares (meio-passe no ônibus).

De lá pra cá, o maior desafio é o da reestruturação, pois começamos com uma estrutura mínima e com o caixa zerado. Porém, por outro lado, também começamos com muita vontade e com a cabeça cheia de ideias.

De 1 a 30 de abril, programamos o mês temático "Abril nunca mais", que será composto por atividades acerca da ditadura militar, em descomemoração do golpe, em defesa da memória e da consciência histórica. Começaremos com a exposição de diversas imagens, cartazes e artes feitas durante a ditadura. Posteriormente organizaremos palestras, aulas e exibições de filmes e documentários, concluindo com o lançamento da Primeira Edição do Jornal-Mural, que relacionará o movimento estudantil, a Ditadura Militar, Porto Alegre e o caso da nossa escola. Dentro destas palestras, realizaremos, junto com representantes do Comitê Estadual do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, uma atividade relacionando as reformas de base propostas antes do golpe e a atual proposta de reforma política, criando um Comitê pela reforma política na escola.

Além disso, buscaremos antigos membros dos Grêmio, que já estão formados há tempos, para que falem sobre as antigas gestões, seus desafios e suas conquistas.

E, visando estreitar os laços com os estudantes, reuniremos com os representantes de cada turma, com a Comissão de Formatura, passaremos em sala questionando o que cada um dos estudantes espera da gestão de 2014, lançaremos nosso blog e seguiremos atualizando constantemente a nossa página no facebook.★

***Giovane Zuanazzi** é diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e presidente do Grêmio da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro

JUVENTUDE

# Construindo a rebeldia organizada!

*Jonatas Moreth**

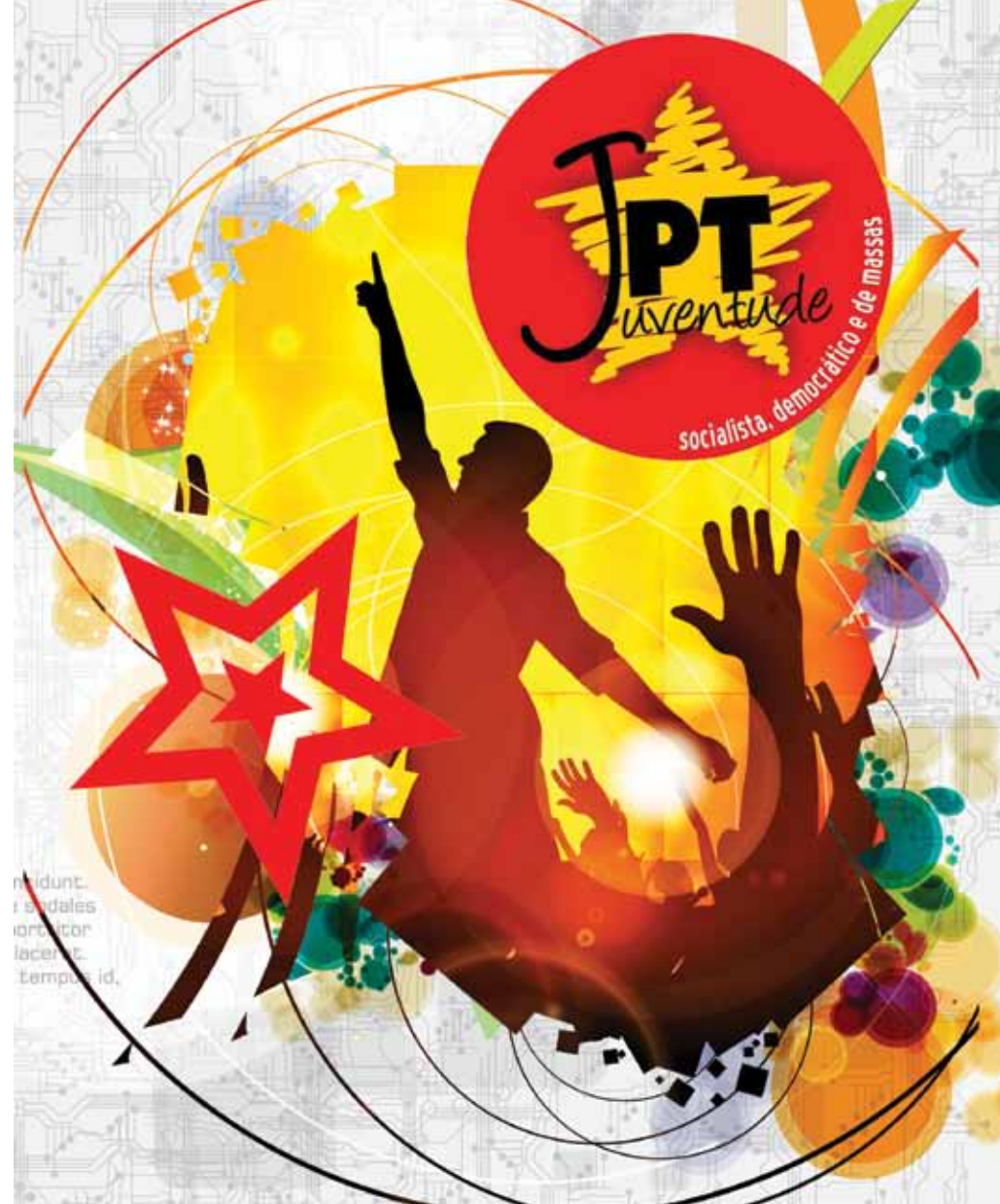
Como já foi dito em editorial do *Página 13*: em 2014, de "tédio não morreremos". Em meio à crise internacional e dificuldades econômicas, forte ataque especulativo do capital internacional, ofensiva da direita conservadora capitaneada pela grande mídia, somada a falta de combatividade para enfrentar esses desafios por parte de setores influentes do Partido dos Trabalhadores, nos fazem ter a certeza que 2014 será um ano de muitos desafios, nas urnas e nas ruas, para a militância petista.

Nas urnas, o centro de nosso esforço estará na reeleição da companheira Dilma Roussef. O como e de que forma ganharemos essas eleições incidirá em nossa capacidade de fazer um segundo mandato que seja capaz de avançar nas transformações e realizar reformas estruturantes.

Na juventude, parcela que representa pouco mais de 30% do eleitorado, as pesquisas vêm apontando um crescente distanciamento deste segmento em relação ao nosso projeto. Caberá ao PT fazer mudanças na tática da campanha, dedicando mais tempo e política para este eleitorado.

Um primeiro passo é assumir que nestas eleições (assim como em 2010) não será mais suficiente fazer uma campanha plebiscitária, ou seja, apenas comparar nossos governos com os dos tucanos.

Um segundo passo será, fazendo defesa do nosso legado, saber se apresentar enquanto mudança. As pesquisas apontam que a maioria do eleitorado deseja mudanças, mas também deseja que essas mudanças sejam feitas pelo PT. No entanto, para ser o porta-voz deste sentimento, sem abrir brechas para a defesa de mudanças com viés conservador, nossa postura e prática política precisa corresponder a este anseio popular.

O PT e nosso Governo precisam deixar claro em discurso e em ações sua diferença com os partidos tradicionais, e sua disposição para fazer grandes transformações. Em síntese, precisamos retomar nossa capacidade de se diferenciar.

Nas ruas ocorrerão grandes mobilizações e serão travadas fortes disputas ideológicas, cabendo ao PT, em especial a sua juventude, mudança de postura, formulação teórica e disposição militante para enfrentar grandes desafios, tais como: a) reaproximar a juventude que saiu às ruas em 2013, das organizações tradicionais e do próprio PT; b) apresentar para a sociedade o discurso e a ação política correta diante da Copa do Mundo, fugindo do despolitizado "não vai ter Copa", porém apresentado e denunciando as insuficiências dos legados de mobilidade urbana, habitação e as desastrosas desapropriações; c) voltar a apostar na política, polarizar com as falsas alternativas que se colocam como representantes da "nova política" e não ter vergonha de se apresentar enquanto PT de esquerda a serviço da classe trabalhadora e que tem como horizonte estratégico a construção de uma sociedade socialista.

Uma primeira oportunidade para a construção coletiva desta nova postura que a juventude petista terá neste também novo cenário será o Festival da JPT a ser realizado nos último final de semana de Maio, contará com a participação da companheira Dilma e do companheiro Lula e terá como objetivo principal elaborar o programa, o discurso e a cara com que a nossa campanha irá se apresentar para essa juventude que tem otimismo com o futuro mais exige de nosso governo mudanças profundas.

Ciente de suas responsabilidades na construção do Partido dos Trabalhadores e da luta social, a Juventude da tendência petista Articulação de Esquerda convoca sua IX Conferência Nacional, que será realizada em Brasília nos dias 18, 19 e 20 de Julho de 2014.

A Conferência será precedida de etapas estaduais e terá a seguinte pauta de debates: a) A juventude, nas ruas e nas urnas, na luta pelo socialismo; b) a juventude na campanha pela reeleição de Dilma Roussef; c) a JPT que queremos; d) JAE: balanço, concepção e organização.

Será um grande esforço de mobilização, organização, reflexão e formulação da nossa militância, com vistas a estar a altura dos desafios.★

***Jonatas Moreth** é coordenador Nacional de Movimentos Sociais da JPT